



Programa de pós-graduação lato sensu
Especialização em ciências ambientais
Campus Arraial do Cabo

Sarepta Feitosa Araujo

Turismo e Conflitos em Unidades de Conservação: um estudo da percepção ambiental sobre as Praias do Pontal do Atalaia em Arraial do Cabo - RJ

Arraial do Cabo - RJ

2019

Sarepta Feitosa Araujo

Turismo e Conflitos em Unidades de Conservação: um estudo da percepção ambiental sobre as Prainhas do Pontal do Atalaia em Arraial do Cabo - RJ

Trabalho de conclusão de curso de pós-graduação *latu sensu* apresentado como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de especialista em ciências ambientais em áreas costeiras.

Orientador: Prof. Dr.º Omar Souza Nicolau

Arraial do Cabo - RJ

2019

A663

Araujo, Sarepta Feitosa

Turismo e conflitos em unidades de conservação: um estudo da percepção ambiental sobre as Prainhas do Pontal do Atalaia em Arraial do Cabo - RJ/ Sarepta Feitosa Araujo. – Arraial do Cabo, RJ, 2019.

66 f.: il.; 21 cm.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Ambientais em Áreas Costeiras) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, 2019.

Orientador: Prof. Dr. Omar Souza Nicolau

1. Áreas de conservação de recursos naturais – Arraial do Cabo (RJ). 2. Turismo – Arraial do Cabo (RJ). 3. Percepção ambiental. I. Nicolau, Omar Souza. II. Título.

IFRJ/CAC/CoBib

CDU 379.8.095(815.3)

SAREPTA FEITOSA ARAUJO

Turismo e Conflitos em Unidades de Conservação: um estudo da percepção ambiental sobre as Prainhas do Pontal do Atalaia em Arraial do Cabo - RJ

Trabalho de conclusão de curso de pós-graduação *latu sensu* apresentado como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de especialista em ciências ambientais em áreas costeiras.

Data de aprovação:

Prof. Dr.^o Omar Souza Nicolau

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

Prof. Dr.^a Maria Aparecida Gomes Ferreira

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

Prof. MSc. Marcelo Japiassu Ramos

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

Arraial do Cabo – RJ
2019

Aos meus avós; Antônia Maria Feitosa e Pedro Alves Feitosa (em memória) e ao meu namorado, Gabriel Barros pelo incentivo e apoio a minha formação acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus pelo fôlego de vida, pela saúde e todo o resto que me faz levantar da cama todos os dias. Quero também, agradecer a mim por não ter desistido, por ter mantido o foco e a dedicação em todo o processo da produção do trabalho. Se não fosse isso não teria concluído mais uma etapa de extrema importância da minha vida.

Agradeço a minha família por todo apoio, em especial aos meus avós, Antônia Feitosa e Pedro Feitosa (em memória), por serem meus incentivadores desde os meus primeiros passos, até agora depois de adulta, e principalmente, por terem me ensinado a amar a natureza e a cuidar dela, pois daí nasceu meu amor pela geografia e pelas ciências ambientais. Sou grata a meu namorado, Gabriel Barros, pelo imenso apoio e compreensão, por ter dedicado seu tempo e investimento para me levar as aulas e às saídas de campo. A conclusão deste curso só está sendo possível graças a seu suporte, incentivo, parceria e amor. Sou grata a minha segunda família, Vilma Barros, Olga Fortes, Cristina Teixeira e Marina Cavalcante por todo apoio e incentivo.

Agradeço ao meu orientador, Omar Souza Nicolau, por toda motivação, orientação, paciência, suporte e é claro, toda a troca de conhecimento, me possibilitando melhorar como aluna e como profissional. Às minhas amigas de curso, Camila Barroso, Monica Teixeira de Aguiar e Paloma Arias Ordiales, que sempre estiveram ao meu lado, me dando apoio, suporte e me incentivando nos momentos em que eu cheguei a desanimar. Companheiras de aulas de campo e de debates sobre as ciências ambientais, amigas que eu levarei comigo para além da academia.

Ao David Steinwender, por me conceder a maioria das fotos maravilhosas que compõem o meu trabalho. À minha grande amiga e bibliotecária, Kézia de Lira por sempre sanar as minhas dúvidas sobre as normas da ABNT. A cada ator social que tive o prazer de entrevistar, sem a contribuição deles este trabalho não seria possível.

Agradeço ao Instituto Federal de educação, ciência e tecnologia, campus Arraial do Cabo - RJ, pelo privilégio de estar concluindo uma pós-graduação em uma instituição de renome. Deixo minha gratidão a todos os professores que compartilharam um pouco de seu conhecimento com a turma de pós graduação em ciências ambientais em áreas costeiras de 2018, em especial; Ana Paula da Silva, Marcelo Japiassú, João Gilberto da Silva Carvalho, Rafael Rizzo, Maria Aparecida, David de Aguiar, Antonio Carlos Silva, Viviane Kruehl, Eliane

Rodriguez, Lohengrin Fernandes, Natália, Alessandra Neves, Murilo Minello, Fernando Oliveira, Carlos Augusto, Margarete Friedrich, Evelyn Morgan e Fábio Murat.

Por fim, agradeço aos demais colegas de turma; Yagho Ramos, Débora Cedro, Wallace Couto e Hervaldir Barreto, por todos os sorrisos e todos os cafés sonolentos sábado pela manhã. Sou grata pela troca de conhecimento, pela parceria e principalmente, por ser uma das melhores turmas com quem já tive o prazer de estudar. Gratidão!

A satisfação está no esforço e não apenas na realização final
Mahatama Gandhi

ARAUJO, Sarepta Feitosa. *Turismo e Conflitos em Unidades de Conservação*: um estudo da percepção ambiental sobre as Prainhas do Pontal do Atalaia em Arraial do Cabo – RJ. p. 66. Trabalho de conclusão de curso. Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais em Áreas Costeiras, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), Campus Arraial do Cabo, Arraial do Cabo, RJ, 2019.

RESUMO

Ultimamente tem sido crescente a busca pelo turismo de sol e mar em todo o litoral brasileiro. Muitas cidades, receptoras desse turismo, não tem suporte para receber o turismo de massa, que é caracterizado por ser desordenado e por visar o retorno econômico em detrimento dos impactos que podem ser gerados por um quantitativo muito grande de pessoas em um determinado ecossistema que talvez não tenha capacidade de suporte. O turismo em Unidades de Conservação é caracterizado muitas vezes por ser um turismo sustentável, mas esse termo não abrange ao turismo desenvolvido em todas as Unidades de Conservação. O turismo em Unidades de Conservação pode apresentar conflitos entre atores sociais, estes conflitos estão relacionados por suas distintas vivências e relação com um determinado espaço. A metodologia de percepção ambiental auxilia a gestão dessas Unidades de Conservação na mediação e compreensão dos conflitos existentes. O estudo com os atores sociais envolvidos nas atividades turísticas das Prainhas do Pontal do Atalaia em Arraial do Cabo, buscou contribuir para o planejamento, gestão e ordenamento do turismo, com base na percepção ambiental dos interlocutores, relacionada aos conflitos ambientais, às atividades turísticas, aos impactos observados e a gestão compartilhada entre a Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo e o Parque Estadual da Costa do Sol – Anita Mureb.

Palavras-chave: Turismo. Unidades de Conservação. Percepção ambiental

ARAUJO, Sarepta Feitosa. *Turismo e Conflitos em Unidades de Conservação*: um estudo da percepção ambiental sobre as Prainhas do Pontal do Atalaia em Arraial do Cabo – RJ. p. 66. Trabalho de conclusão de curso. Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais em Áreas Costeiras, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), Campus Arraial do Cabo, Arraial do Cabo, RJ, 2019.

ABSTRACT

Lately there has been a growing search for sun and sea tourism throughout the Brazilian coast. Many cities that receive this tourism are not supported to receive mass tourism, which is characterized by being disorderly and aiming at economic return to the detriment of the impacts that can be generated by a very large number of people in a given ecosystem that perhaps not supported. Tourism in protected areas is often characterized as sustainable tourism, but this term does not cover tourism developed in all protected areas. Tourism in protected areas can present conflicts between social actors, these conflicts are related by their different experiences and relationship with a certain space. The methodology of environmental perception helps the management of these Conservation Units in the mediation and understanding of existing conflicts. The study with the social actors involved in the tourist activities of the Prainhas do Pontal do Atalaia in Arraial do Cabo, sought to contribute to the planning, management and planning of tourism, based on the environmental perception of the interlocutors, related to environmental conflicts, tourist activities, to the observed impacts and shared management between the Arraial do Cabo Marine Extractive Reserve and the Costa do Sol State Park - Anita Mureb.

Keywords: Tourism. Conservation Units. Environmental perception

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura – 1	Prainhas do Pontal do Atalaia sem escadaria	23
Figura – 2	Prainhas do Pontal do Atalaia com escadaria	23
Figura – 3	Área da Resex Marinha de Arraial do Cabo	27
Figura – 4	Quantitativo de embarcações na Porto da Praia dos Anjos	29
Figura – 5	Núcleos do PECS	31
Figura – 6	Pôr do sol na Duna Mãe – Cabo Frio	32
Figura – 7	Formigueiro do Litoral	33
Figura – 8	Mapa de Localização de Arraial do Cabo	35
Figura – 9	Companhia Nacional da Álcalis	36
Figura – 10	Mapa de vegetação e uso do solo do CDVCF	38
Figura – 11	Escadaria de acesso às Prainhas do Pontal do Atalaia	39
Figura – 12	Quantidade de lixo x quantidade de lixeira	43
Figura – 13	Quantidade de lixo x quantidade de lixeira	43
Figura – 14	Prainhas do Pontal do Atalaia	50
Figura – 15	Turismo nas Prainhas Pontal do Atalaia	51
Figura – 16	Derramamento de óleo por embarcação	53
Figura – 17	Fila aguardando táxi para deixar o Pontal do Atalaia	54

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNA	Companhia Nacional de álcalis
CDVCF	Centro de Diversidade Vegetal de Cabo Frio
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
INEA	Instituto Estadual do Ambiente
IUCN	International Union for Conservation of Nature and Natural Resources
OMT	Organização Mundial do Turismo
SEAS	Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade
SECTUR	Secretaria de Turismo de Arraial do Cabo - RJ
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
PPA	Prainhas do Pontal do Atalaia
PNGC	Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro
PECS	Parque Estadual da Costa do Sol-Anita Mureb
RESEX MAR - AC	Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo
UC	Unidade de Conservação
UC's	Unidades de Conservação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 PERCEPÇÃO E CONFLITO AMBIENTAL	14
1.1 PERCEPÇÃO AMBIENTAL	14
1.1.2 Estudos de percepção ambiental	16
1.2 CONFLITO AMBIENTAL	17
1.2.1 Conflitos em Unidades de Conservação	18
1.3 PERCEPÇÃO COM AUXÍLIO À GESTÃO DE CONFLITOS	20
2 TURISMO	22
2.1 CONTEXTO HISTÓRICO	22
2.2 TURISMO E SUSTENTABILIDADE	23
2.3 TURISMO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	25
2.3.1 Resex Marinha de Arraial do Cabo	26
2.3.2 Parque Estadual da Costa do Sol	30
3 TURISMO, CONFLITOS E PERCEPÇÃO AMBIENTAL DAS PRAIAS DO PONTAL DO ATALAIA	35
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE PESQUISA	35
3.2 PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS ATORES SOCIAIS	40
3.2.1 Percepção sobre os impactos	40
3.2.2 Percepção sobre as Unidades de Conservação	47
3.3 ANÁLISE E PERCEPÇÃO DAS ATIVIDADES TURÍSTICAS E DOS CONFLITOS AMBIENTAIS NAS PRAIAS DO PONTAL DO ATALAIA	49
CONCLUSÃO	58
REFERÊNCIAS	61

INTRODUÇÃO

A crescente busca pelos destinos turísticos, principalmente o de sol e praia, tem sido um importante pilar para o crescimento econômico de diversas cidades litorâneas. Marca do século XX, o turismo está imbricado no desejo de conhecer novos lugares, motivados ultimamente, pela divulgação nas redes sociais, o que viabiliza a mercantilização dos lugares através da imagem. (BECKER, 2001).

Para oferecer um suposto serviço de qualidade aos turistas, são realizadas mudanças na infraestrutura dos locais receptores, podendo influenciar de forma positiva ou negativa a vida dos moradores locais e do meio ambiente. Além dessas mudanças, o crescimento do turismo tem sido acelerado, principalmente nas últimas décadas, acarretando nas cidades litorâneas um crescimento muitas vezes desordenado, e como consequência, o turismo nestes locais pode ser desordenado.

Cidades litorâneas, como Arraial do Cabo, que tem uma área de 152, 105 Km² e uma população, estimada no ano de 2019, de 30.349 habitantes (IBGE, *on-line*), geralmente não tem suporte e nem infraestrutura adequada, para receber um quantitativo demasiado de turistas. De acordo com (MARTINS, 2017), estudos sobre a estimativa da capacidade de carga física de Arraial do Cabo registraram uma movimentação, entre os meses de novembro e dezembro, alta temporada do turismo na região, de 50.000 (Cinquenta mil) veículos, resultando em uma média de 125. 000 (cento e vinte e cinco mil) pessoas.

Um grande quantitativo de turistas na cidade influencia, não apenas a mobilidade urbana da região, que gera vias engarrafadas e de difícil circulação, mas também, os atrativos naturais, como as praias, onde é observada uma grande quantidade de turistas na faixa de areia, poluição sonora e visual pelas embarcações de turismo náutico, deposição irregular de resíduos sólidos, entre outros.

As Prainhas do Pontal do Atalaia (PPA), área de estudo, são uma das praias de Arraial do Cabo com maior apelo turístico (MARTINS, 2017), tem nas suas escadarias de madeira com vista para o mar, o seu cartão postal. São consideradas, pelo sítio eletrônico *Tripadvisor*, umas das melhores praias de Arraial do Cabo e podem ser acessadas via terrestre e marítima. As Prainhas do Pontal do Atalaia são protegidas por duas unidades de conservação; a Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, segunda Resex Marinha instituída no Brasil e o Parque Estadual da Costa do Sol, única Unidade de Conservação fragmentada do estado do Rio de Janeiro (INEA, 2019).

Através da atuação como monitora ambiental do Parque Estadual da Costa do Sol durante o levantamento de dados quantitativos do turismo nas PPA, na alta temporada do turismo no ano de 2018, surgiu o interesse de realizar a pesquisa com os atores sociais que atuam no turismo nas PPA, que apresenta como objetivo geral; analisar a percepção ambiental dos atores sociais que atuam com o turismo nas Prainhas do Pontal do Atalaia, como também, identificar possíveis conflitos e impactos no uso do espaço pela prática do turismo.

Os objetivos específicos tiveram como foco; identificar os principais atores sociais envolvidos no uso do espaço pela prática turística; realizar o levantamento da percepção ambiental dos atores sociais acerca das Unidades de Conservação, dos impactos, dos conflitos e do turismo e; de indicar os conflitos evidenciados pela prática do Turismo que permeiam o uso e a gestão compartilhada nas Prainhas do Pontal do Atalaia.

Com o propósito de responder aos objetivos do trabalho, foi utilizada a metodologia qualitativa de pesquisa que utilizou como método a percepção ambiental e, como instrumentos de pesquisa, revisão bibliográfica, observações de campo e aplicação de roteiro de entrevistas semiestruturadas com temáticas abertas. O método utilizado permitiu aos entrevistados uma melhor apresentação de suas percepções e foram conduzidas com o propósito de compreender a percepção ambiental dos atores sociais acerca das Unidades de conservação: (Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo e Parque Estadual da Costa do Sol), assim como; dos impactos e dos conflitos relacionados à prática do turismo nas PPA.

O propósito foi de realizar 10 (dez) entrevistas com diferentes interlocutores, no entanto, houve a negativa por parte de 3 (três), e esta negativa pode estar associada à desconfiança, pois a pesquisa acadêmica ainda é uma atividade percebida com um certo receio pelos pescadores e moradores da região.

A identificação dos atores sociais envolvidos no uso do espaço pela prática turística foi realizada através da presença na reunião do Conselho da Resex Marinha de Arraial do Cabo, dia 30 de agosto de 2018, que teve como objetivo, tratar do ordenamento da visitação nas Prainhas do Pontal do Atalaia. As observações de campo ocorreram nos dias 12 e 13 de outubro de 2018. Após a identificação dos atores sociais, foi aplicado o roteiro semiestruturado de entrevistas, entre os dias 28 de outubro e 11 de novembro de 2019.

Buscou-se, através do estudo de percepção ambiental, auxiliar o planejamento e a gestão compartilhada das Prainhas do Pontal do Atalaia, de modo a dar voz aos atores sociais que utilizam o espaço como meio de subsistência, e também, de elucidar sobre a importância da proteção do meio ambiente e dos recursos naturais consoante com as práticas turísticas.

1 PERCEPÇÃO E CONFLITO AMBIENTAL

1.1 PERCEPÇÃO AMBIENTAL

A percepção ambiental é um fenômeno psicossocial. É como o sujeito incorpora as suas experiências. Não há leitura da objetividade que não seja ou não tenha sido compartilhada; o sujeito sempre interpreta culturalmente e, a partir daí, constitui-se como identidade. Sua identidade será como se espacializa, como se temporaliza, como constrói as narrativas de si próprio a partir desta espacialização e desta temporalização (TASSARA e RABINOVICH, 2003, p.340).

O entendimento do conceito de percepção ambiental é subjetivo para diferentes autores. Para Ferreira (2005) a percepção ambiental se dá através da compreensão e entendimento do ambiente pelos indivíduos, não apenas pelos sentidos vitais (olfato, audição, tato, paladar e visão), mas através das vivências resultantes da interação homem-ambiente que se transformam em experiências, memórias, expectativas, interpretações, etc. Essas sensações são independentes uma das outras e cabe a percepção de cada sujeito organizá-las, permitindo relacionar e explicar o que é observado e compreendido do mundo.

Já Dornelles (2006, p.33) afirma que a percepção ambiental “é a forma como os objetos e fenômenos são percebidos” e que a percepção do indivíduo e sua postura em relação ao meio é influenciada pelos ambientes, sejam eles, físicos, psicológicos, imaginários ou sociais. Para Dornelles (2006), compreender as experiências e sensações vividas pelos seres humanos com relação a algo é importante quando se pretende fazer uma pesquisa de percepção ambiental.

A percepção ambiental é dinâmica, construída a partir de uma visão subjetiva que compõem visões de mundo partindo de uma dada realidade, por isso lhe é conferida “[...] dependência e complexidade, mas também, fragilidade e condições de manipula-la” (FERREIRA, 2005, p.44). A expressão da realidade pelos indivíduos é subjetiva, pois todos possuem filtros que partem das vivências individuais que não são exclusivos no processo da percepção ambiental. Segundo Dornelles (2006, p.24) é preciso levar em conta os aspectos econômicos, sociais e culturais pois:

Os diferentes conceitos e “olhares” sobre o mesmo são gerados e empregados sob influência de aspectos próprios do indivíduo que o descreve, mostrando a relação íntima entre o entendimento e apreensão do ambiente e o conteúdo sócio-cultural-econômico do ser.

Rapoport (1978) *apud* Dornelles (2006, p.34) afirma que:

Para se analisar as interações entre o meio e os seres humanos é necessário se conhecer três áreas, quais sejam: (i) cognição que envolve processos como perceber, conhecer e pensar, entre outros; (ii) afetividade, que está relacionada aos sentimentos, sensações e emoções; e (iii) a conexão entre a ação humana sobre o meio como resposta à cognição e afetividade.

Com relação a afetividade, Tuan (1980) desenvolveu em seus estudos, dois conceitos de ordem valorativa e quantitativa, que estão diretamente relacionados como a percepção ambiental pode ser expressada. Os conceitos de topofilia, que diz respeito a afetividade por parte do indivíduo a um dado ambiente, e de topofobia, que é o inverso, resultando no indivíduo, um sentimento de repulsa em relação ao ambiente. Relf (1979) *apud* Tuan (1980) elucida que as experiências positivas relacionadas a um dado ambiente/espço, são conceituadas como experiências de topofilia, já quando são negativas, conceituam-se como experiências de topofobia.

Acerca do espaço, conceito chave da geografia, que será um termo muito abordado em todo o trabalho, Corrêa (2000) afirma que, pode ser associado, tanto como alusão a localização, como relacionado a uma fração da superfície terrestre, seja ela identificada pela natureza, ou pela forma como o homem estabelece suas memórias. Com relação ao trabalho, será utilizado o conceito associado a fração da superfície terrestre, identificada pela natureza.

O produto da percepção ambiental de cada indivíduo está ligado à suas experiências individuais, sejam elas positivas ou negativas, sua visão de mundo e de todo ambiente, físico, social ou cultural que cerca o homem. Nesse sentido (DEL RIO e OLIVEIRA, 1996 *apud* DORNELLES, 2006, p.35) afirmam que:

Não se pode atribuir simplesmente relações do tipo causa-efeito às interações ser humano/ambiente, uma vez que os aspectos envolvidos, neste fenômeno dizem respeito ao todo, a um fenômeno integral que não pode ser dividido para ser investigado, mas que necessita de uma abordagem holística¹ para ser descrito.

1.1.1 Estudos de percepção ambiental

Os estudos de percepção ambiental tiveram início na área da geografia em 1925 com as reflexões do geógrafo Karl Sauer sobre as paisagens vivenciadas e percebidas pelo homem. Entre os anos de 1925 e 1960, vários autores adotaram a percepção ambiental como metodologia de compreensão da relação homem-meio, este foi o primeiro período de maior intensidade nos estudos de percepção ambiental (FERREIRA, 2005).

Nos anos 1960 estudos de percepção ambiental foram incorporados ao movimento geográfico denominado geografia humanística. “Noções de mundo vivido e de intencionalidade passam a fazer parte de uma nova forma de se pensar a Geografia, sob forte influência fenomenológica e existencialista” (FERREIRA, 2005, p.44).

Na década de 1970 houve um marco na consolidação dos estudos de percepção ambiental com a criação do grupo de trabalho pela União Geográfica Internacional (UGI) e projeto 13 - programa homem-biosfera da Unesco acerca dos temas; percepção do ambiente e percepção da qualidade ambiental, respectivamente (OLIVEIRA, 2001 *apud* FERREIRA, 2005). A UGI preconizava os estudos internacionais, realizando um comparativo sobre os “lugares e paisagens valorizadas” e “riscos do meio ambiente”, já o programa homem-biosfera da Unesco, priorizava os estudos da percepção ambiental como subsídio à gestão sustentável dos recursos naturais (DORNELLES, 2006). De acordo com Ferreira (2005) desde o início dos estudos na área percepção ambiental, vários autores têm se destacado, entre eles autores brasileiros.

Fontana (2004) *apud* Shiraishi (2010, p.2) afirma que “os estudos na área de percepção ambiental permitem conhecer como os seres humanos se relacionam e interferem no meio onde vivem, assim como a influência do ambiente sobre eles”. A percepção ambiental busca compreender, através do estudo com os atores sociais, os múltiplos modos de vida e sua relação com a natureza, tendo como base a subjetividade dos sentidos perceptivos de cada ator. Frente a essas considerações esse estudo procura contribuir para o planejamento

¹ “Este paradigma considera cada elemento de um campo [...]. É uma visão na qual o todo e cada uma das suas sinergias estão estreitamente ligados em interações constantes e paradoxais” (CREMA, 2015 *on-line*).

de políticas públicas, para ações voltadas a educação ambiental, para gestão de UC's e para a gestão de conflitos ambientais.

1.2 CONFLITO AMBIENTAL

A percepção dos conflitos ambientais teve início entre o final da década de 1960 e início da década de 1970. Nesse período, houve a criação do Clube de Roma², em 1968 e a realização da I Conferência da Organização das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano³, em 1972. Através dos relatórios publicados pelo Clube de Roma, tendo destaque para o relatório denominado “Os limites do crescimento”, que modelou as consequências do rápido crescimento populacional x consumo dos recursos naturais. Suas reflexões geraram polêmica e debates, pois suas conclusões presumiam que a sobrevivência da raça humana corria sérios riscos (BRITO, 2008).

A I Conferência da Organização das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, também conhecida como conferência de Estocolmo, foi um importante evento para a percepção dos conflitos ambientais. Brito (2008, p.2) cita que os resultados principais desta conferência “previam que a solução para o planeta era começar a pensar em produzir aproveitando melhor os recursos naturais, para que tivessem uma duração maior, além de racionalizar os processos produtivos, para que gerassem menos resíduos”. A conferência de Estocolmo também foi importante para a teorização dos conflitos, pois foram debatidos, de modo inédito, problemas relacionados às questões ambientais direcionados aos setores político, social e econômico, inclusive o debate tratou de questões acerca de áreas protegidas (BRITO, 2008).

Brito (2008) afirma que a partir desses eventos cria-se a necessidade de se atentar aos problemas ambientais e da inserção dos mesmos, na agenda mundial. O conteúdo debatido nos eventos mencionados colocou em cheque o modelo de desenvolvimento em quase todo o mundo, tornando-se necessário a promoção de ações nacionais e internacionais que visassem a proteção ambiental baseada no desenvolvimento sustentável. Brito (2005, p.3) ainda menciona que “é com a proposição deste novo modelo de desenvolvimento, onde os interesses são conflitantes e excludentes que é visualizado, com maior ênfase os conflitos ambientais”.

² É formado por um grupo de pessoas eminentes que se reúnem para debater assuntos que abordam temas relacionados à política, economia, meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

³ Também conhecida como conferência de Estocolmo. Foi a primeira grande reunião de chefes de estado organizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) para tratar de assuntos relacionados à degradação ambiental.

Os conflitos na gestão ambiental não são ao todo negativos, pois modos de entendimento e gerenciamento dos mesmos são obtidos através das relações conflituosas (BRITO, 2008). O assassinato de Chico Mendes, em 1988, foi um marco histórico no que se refere à conflitos, envolveu visões desenvolvimentistas e ambientalistas e também apresentou uma nova atuação socioambiental através de Chico Mendes e seus parceiros. (ZHOURI e LASCHEFSKI, 2010, p.12) afirmam que “eles passaram a expressar uma defesa da natureza diferente da visão preservacionista clássica, que valorizava a natureza porque presumivelmente “intocada”.

No processo da origem dos conflitos ambientais, Brito (2008, p.3) aponta que “os conflitos ambientais se configuram quando os atores sociais defendem distintas lógicas para a gestão dos bens coletivos de uso comum” e que eles “surtem das interações ecológicas entre os diversos atores sociais e com o meio biofísico”. Acsehrad (2004) compartilhando de uma visão similar afirma que os conflitos se originam quando envolvem dois grupos sociais que têm no uso, apropriação e significação de território, marcadas distinções, ou seja, formas diferentes de apropriação do espaço. O conflito também ocorre quando um dos grupos sociais, ocasiona impactos negativos, no ar, nos recursos hídricos, no solo, vegetação, fauna, entre outros, devido seu uso e modo de apropriação do espaço que impacte diretamente no modo de vida e nos recursos de um outro grupo.

Acsehrad (2004, p.16) ainda afirma que:

O conflito pode derivar da disputa por apropriação de uma mesma base de recursos ou de bases distintas, mas interconectadas por interações ecossistêmicas mediadas pela atmosfera, pelo solo, pelas águas etc. Este conflito tem por arena unidades territoriais compartilhadas por um conjunto de atividades cujo “acordo simbiótico” é rompido em função da denúncia dos efeitos indesejáveis da atividade de um dos agentes sobre as condições materiais do exercício das práticas de outros agentes.

Os conflitos ambientais podem ser compreendidos como manifestações do atual e antigo modelo de desenvolvimento econômico, como também dos diferentes interesses no que concerne à apropriação e uso do solo por grupos sociais distintos.

1.2.1 Conflitos em unidades de conservação

Entende-se por Unidades de Conservação uma área delimitada considerada de extrema importância ambiental ou ecológica para a conservação e proteção (SNUC, 2011). A

criação de Unidades de Conservação não é algo recente. Há décadas, países de todo o mundo adotam este instrumento com o objetivo de garantir a continuidade da qualidade ambiental e a proteção da biodiversidade de seus territórios. Fontoura e Silveira (2008, p.5) afirmam que “é através desta perspectiva que se insere, originado nos Estados Unidos, o conceito de parque como área natural”.

As Unidades de Conservação (UC's) têm sido palco de conflitos ambientais desde a criação das primeiras áreas protegidas. O primeiro Parque Nacional, Yellowstone, criado em 1872 no oeste dos Estados Unidos, é um marco no que diz respeito a negligência do poder público referente às necessidades da população que povoavam aquelas áreas. Geralmente, as políticas de criação de áreas protegidas, não levam em consideração as necessidades dos habitantes do local. A participação da população que reside/residiam nessas áreas, é nula ou mínima (BRITO, 2008).

Para Diegues *apud* (1998) Brito (2008, p. 4)

Estes conflitos têm origens nas bases com as quais foram criadas as primeiras áreas protegidas, já que estas tinham somente a característica de reserva de recursos. Eram desconsideradas as relações e, muitas vezes, a interação, entre as populações e o meio ambiente, mesmo as populações tidas como tradicionais.

No Brasil, a criação de UC's geralmente é imposta à população local pelo poder público, sem a participação da mesma na tomada de decisão para delimitação dessas áreas, ou mesmo, sem um panorama dos impactos, sejam eles positivos ou negativos, que essa área de proteção irá trazer à comunidade local. Isso é um reflexo do modelo internacional de criação e manutenção de UC's (BRITO, 2008) e de uma percepção ambiental que separa e segmenta população e os espaços protegidos.

Outro conflito presente nas UC's está relacionado com a pouca destinação de recursos financeiros pelo poder público. Grande parte das UC's contam com poucos funcionários, implicando diretamente na eficácia de gestão dessas áreas (SHIRAISHI, 2011). As UC's também podem ser vistas como unidades limitantes ao desenvolvimento local (SHIRAISHI, 2010). Essa visão é muito comum pelos empresários do ramo imobiliário, que veem nesses espaços de beleza cênica e natureza “intocada” um bom local para investimento.

Shiraraishi (2010, p.4-5) menciona outro fator que também pode resultar em conflito nas UC's:

Algumas categorias de UC de proteção integral não permitem a permanência de populações em seu interior, como os parques nacionais, estações ecológicas e reservas biológicas. No entanto, o órgão gestor geralmente carece de recursos financeiros para a indenização das benfeitorias e remoção das famílias. Desta forma, os moradores sofrem diversas limitações de infraestrutura e serviços públicos, afetando o seu modo de vida. Além disso, são impedidos de realizar obras em seus imóveis, pois isso alteraria o valor da indenização a ser paga, sendo obrigados a viver, muitas vezes, em condições precárias. As dificuldades são tantas que muitos deles se veem forçados a buscar outras áreas para viver [...].

1.3 PERCEPÇÃO COMO AUXÍLIO A GESTÃO DE CONFLITOS

O estudo de percepção ambiental é uma metodologia de extrema importância para o entendimento da relação e do (re) conhecimento da população acerca da UC. Sendo possível identificar a valoração, percepções negativas e/ou positivas e o tipo de relação que as populações estabelecem com a UC. A identificação das diferentes percepções possibilita colaborar com a gestão de conflitos (SHIRARAISHI, 2010, 2011).

A valoração de um determinado local pode mudar dependendo do ator social e da UC. Isso pode ser observado na fala de Lustosa (*on-line*).

Para os povos e comunidades tradicionais as suas terras possuem valores distintos [...]. Nos territórios tradicionais existe a representação simbólica da natureza, os saberes e fazeres culturais, os espaços políticos e os direitos coletivos que não são respeitados por grande parte da sociedade nacional.

Em outros casos a população pode nem saber da existência da UC, como apontado no estudo de Silva (2006), no qual ele apresenta uma porcentagem de que, apenas 29,8% dos professores de uma escola localizada dentro de uma UC sabiam que o seu local de trabalho estava inserido em uma Unidade de Conservação. Outro estudo no qual é possível observar a falta de conhecimento sobre a UC pela população, apresenta-se no trabalho de Fontana (2004), onde ele evidencia uma porcentagem de que 79% dos moradores não sabem o nome oficial da estação ecológica ao qual têm proximidade. Esse panorama transparece a falta da participação da população na criação e gestão das UC's, colocando em cheque sua efetividade.

Como afirma Moreto (2008) *apud* Shiraraishi (2011, p.22) os estudos de percepção ambiental são benéficos para a gestão da UC, pois através dos mesmos é possível:

[...] planejar atividades educativas para esclarecer sobre as áreas protegidas existentes, a sua importância ecológica, os serviços ambientais prestados no local e globalmente. Alguns serviços ambientais prestados por UC são: estabilização do relevo; proteção da qualidade e da capacidade hídrica; redução de poluentes atmosféricos e do efeito estufa; proteção de nascentes, mananciais e da biodiversidade; controle de risco de enchentes; redução da poluição sonora; importância estética e paisagística e, de modo geral, melhoria da qualidade de vida da população.

Diversos problemas provenientes de atividades antrópicas ou não, dentro das UC's podem ser solucionados através de estudos de percepção ambiental com a população local. Através de estudo e análise da experiência dessa população local com o espaço é possível identificar resoluções para conflitos e criar métodos para uma maior proteção da UC. É possível visualizar o exemplo acima no trabalho de Fontana (2004) que mostrou, através de uma pesquisa de percepção ambiental, que moradores de uma estação ecológica tinham um vasto conhecimento sobre os riscos que afetam a conservação da mesma e ainda, colaboraram na apresentação de sugestões que puderam contribuir para o manejo da Estação Ecológica (SHIRARAISHI, 2011).

É perceptível que incluir a população na implantação, tomada de decisão e gestão dessas áreas de proteção ambiental é de suma importância, não só para a conservação, mas para a minimização dos conflitos ambientais existentes nas UC's, visto que muitas vezes, afloram justamente pela exclusão da população e atores sociais na criação e gestão dessas áreas pelo poder público. A população, estando envolvida na gestão da UC, colabora no desenvolvimento de práticas sustentáveis através da participação tornando a UC um espaço de diálogo e gestão compartilhada. Partindo dessa perspectiva Shiraraishi (2011, p.26) afirma que:

O órgão gestor da UC poderia utilizar esse espaço de diálogo para o tratamento de conflitos ambientais, a partir da ampla discussão e negociação entre as partes envolvidas. Desse modo, seria possível buscar alternativas para os conflitos e conciliar os diversos interesses, a fim de atingir o seu objetivo, a conservação ambiental.

2 TURISMO

2.1 CONTEXTO HISTÓRICO

De acordo com Figueiredo e Ruschmann (2004) foi a partir do século XVI que as viagens se tornaram uma prática cotidiana e foram intensificadas com as grandes navegações que levaram a Europa à expansão ultramarina, principalmente Portugal e Espanha. As viagens naquela época eram motivadas pela busca de riquezas, como ouro e outros produtos que poderiam ser comercializados, mas era principalmente motivada por descobrir o desconhecido, algo que perdura séculos depois no fazer turismo do homem moderno. Por mais que na atualidade se tenha acesso a mídia virtual de quase todos os lugares do mundo, nada se compara a estar lá de forma física.

Ainda de acordo com Figueiredo e Ruschmann (2004), o turismo nasceu em meados do século XIX, na consolidação do capitalismo industrial, época do desenvolvimento tecnológico. Nesse período houve o surgimento das estradas de ferro, dos barcos à vapor e mais tarde, dos automóveis, o que facilitou o transporte e diminuiu as distâncias.

O modo de produção capitalista e as relações de trabalho também tiveram sua grande influência no desenvolvimento do turismo, pois com a concepção de tempo sendo encarada como uma dualidade, ou seja, tempo de trabalho e tempo livre, o turismo teve seu início, já que o trabalhador podia viajar nas férias. “O turismo – viagem moderna – inscreve-se na lógica dual trabalho/ tempo livre. Ele é sinônimo de férias e transformou-se no uso maximizado do tempo livre” (FIGUEIREDO e RUSCHMANN, 2004, p.169).

Após a facilidade do acesso aos lugares, a prática turística voltou-se mais ao turismo de massa, o mais observado na contemporaneidade, e se caracteriza por ser um turismo desordenado, que visa o retorno econômico em detrimento dos impactos que podem ser causados por um grande quantitativo de pessoas num ecossistema que talvez não tenha suporte. Segundo Maciel *et al* (2008) como consequência da “busca pelo verde” o turismo contemporâneo se tornou um grande “consumidor” da natureza. A busca pelo contato com a natureza se tornou crescente devido a fuga da correria e do estresse das grandes cidades por pessoas que procuram o reequilíbrio psicofísico nos destinos turísticos de natureza.

2.2 TURISMO E SUSTENTABILIDADE

. O fazer turismo está imbricado na vida do homem moderno, pois lhe foi vendida a ideia de que o homem deve viajar pelo menos uma vez ao ano para lugares que nunca tenha estado antes. E isso não é algo supérfluo. A viagem permite ao homem vivenciar benefícios, mas isso vai depender da experiência turística, que pode ser tanto positiva, quanto negativa, e é claro, do tipo de turista, pois nem todos estão abertos as experiências que o fazer turismo pode proporcionar. De acordo com (FIGUEIREDO e RUSCHMANN, 2004):

A viagem permite uma vida melhor, pois ela cura, combate o stress cotidiano e oferece a possibilidade de se vivenciar experiências únicas, além de educar o viajante/turista e modificar sua percepção da vida. A viagem proporciona o conhecimento.

Devido à crescente busca pelos destinos turísticos, sendo em grande parte, na procura por destinos de natureza, e de sol e mar, mudanças ocorrem nos locais receptores para que possam oferecer um suposto serviço de qualidade aos turistas. As principais mudanças são observadas na infraestrutura dos locais, como por exemplo a; construção de escadaria (figura 1 e 2), a abertura de trilhas, a abertura de estradas, a implantação de transportes turísticos, e locais de estacionamento, a construção de quiosques, restaurantes, etc. Essas mudanças na infraestrutura local podem influenciar, tanto de forma positiva, quanto negativa, na vida dos moradores locais e no meio ambiente.

Figuras 1 e 2 Prainhas do Pontal do Atalaia sem e com escadaria



Fonte: Acervo PECS, 2012



Fonte: David Steinwender, 2018

Visto que tais influências podem impactar de forma negativa a biodiversidade e a estética do destino turístico, como também as comunidades receptoras. Nas últimas décadas tem-se buscado a implantação do “turismo sustentável”, que na maioria dos casos não está imbricado à proteção do meio ambiente. O termo turismo sustentável vem do conceito de desenvolvimento sustentável, abordado inicialmente em 1987 no relatório de Brundtland, conhecido também como “Nosso futuro comum”. Esse relatório discutiu o modelo de desenvolvimento econômico dos países industrializados, abordando o risco à conservação ambiental pelo uso em excesso dos recursos naturais sem considerar a capacidade de suporte dos ecossistemas.

A utilização do termo “sustentabilidade” é empregado, em grande parte, como um elemento de diferenciação de um produto para o outro, seja no seu processo de produção ou na sua composição. Relacionando com o “turismo sustentável” essa visão não difere muito, visto que é um meio para se vender uma “mercadoria”, no caso a própria natureza, como um “produto” ecologicamente correto. Nesse caso, seria; uma natureza sem impactos, conservada, protegida e *etc*, o que não condiz com a realidade de todos os locais turísticos, principalmente quando se fala do turismo de sol e mar no litoral brasileiro.

Segundo o relatório de Brundtland (NOSSO FUTURO COMUM, 1991, p 46) o conceito de desenvolvimento sustentável é “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades”. De acordo com a OMT (Organização Mundial do Turismo) “o turismo sustentável deve ser aquele que salvaguarda o ambiente e os recursos naturais, garantindo o crescimento econômico da atividade, ou seja, capaz de satisfazer as necessidades das presentes e futuras gerações” (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2015, *on-line*).

A proteção e conservação dos meios físicos e dos aspectos socioculturais das comunidades receptoras, sempre foram colocados de lado em detrimento à prioridade aos resultados econômicos das atividades turísticas. Só a partir da década 1970, com as reflexões e resultados do relatório de Brundtland, passou-se a criar metas para um desenvolvimento sustentável no nosso planeta (RUSCHMANN, 2000). Surgindo daí as propostas de turismo sustentável, ecoturismo e turismo ecológico, que partem da premissa de atender “às necessidades dos turistas atuais, sem comprometer a possibilidade do usufruto dos recursos pelas gerações futuras” (*WORLD COMMISSION OF ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT*, 1987, s.p *apud* RUSCHMANN, 1997, s.p).

A base da atividade econômica desse turismo é o meio ambiente. Portanto, não haverá sustentabilidade, ou seja, um ambiente equilibrado e biodiverso para as futuras gerações, se

não houver um adequado planejamento e ordenamento no turismo realizado no local receptor. Segundo Globe'90 (1990) *apud* Rushmann (2000, p.82) o conceito de turismo sustentável deve considerar:

A gestão de todos os ambientes, recursos e comunidades receptoras, de modo a atender às necessidades econômicas, sociais, vivenciais e estéticas, enquanto que a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais e a diversidade biológica dos meios humano e ambiental são mantidas através dos tempos.

Segundo Rushmann (2000), o conceito acima não considera a “natureza intocada” defendida pelos preservacionistas que visam a proteção integral, onde os recursos se mantem inalterados sem a intervenção da ação humana, mas considera a conservação dos ambientes naturais, desenvolvendo um turismo controlado e planejado que esteja em harmonia com o meio ambiente, garantindo a manutenção dos recursos naturais, da biodiversidade e dos aspectos socioculturais das comunidades dos locais receptores. Nessa perspectiva, torna-se evidente a necessidade de mudanças nas atitudes para uma integração sustentável do meio ambiente e do processo de desenvolvimento turístico (FONTOURA e SILVEIRA, 2008).

2.3 TURISMO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Com forte influência do modelo americano, foi criado em 1937 o primeiro Parque Nacional no Brasil, Parque Nacional do Itatiaia (FONTOURA e SILVEIRA, 2008), 65 anos após a criação do Parque Nacional de Yellowstone, em 1872, que foi um marco fundador na criação de Unidades de Conservação (DRUMMOND; FRANCO; OLIVEIRA, 2010).

No ano de 2000 houve a aprovação da lei 9985/2000 que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Este sistema estabelece normas e critérios para a gestão, criação e implantação de Unidades de Conservação (SNUC, 2011). O SNUC organiza as Unidades de Conservação em dois grupos: proteção integral e uso sustentável. De acordo com Fontoura e Silveira (2010, p.5):

Na primeira categoria o objetivo básico é a proteção da natureza, admitindo-se o uso restrito dos recursos naturais (visitação, pesquisa científica e educação ambiental). Nas Unidades de Conservação de uso sustentável

objetiva-se compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais (extrativismo, coleta e manejo ambiental).

A criação do SNUC é um marco na proteção às áreas naturais do Brasil e auxilia no planejamento e na gestão das mesmas. Essa medida vem sendo uma importante estratégia para conter a ocupação desenfreada nos territórios brasileiros e o uso insustentável dos recursos naturais, permitindo a manutenção da biodiversidade dos biomas brasileiros, da cultura e modos de vida das populações tradicionais que ocupam esses espaços. Por outro lado, o SNUC, no caso das UCs de uso direto, impõe procedimentos e modos de resolução de conflitos distantes das formas tradicionais⁴.

O presente trabalho tem como foco duas áreas de proteção ambiental, portanto, será dado destaque à a Resex Marinha de Arraial do Cabo (Resex-Mar AC) e ao Parque Estadual da Costa do Sol (PECS)⁵.

2.3.1 Resex Marinha De Arraial Do Cabo

A Resex Marinha de Arraial do Cabo foi criada no ano de 1997, possui uma área total de 51.601, 46 de hectares e está localizada no bioma marinho costeiro no litoral norte do estado do Rio de Janeiro. Tem por objetivo “garantir a exploração autossustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis, tradicionalmente utilizados para pesca artesanal, por população extrativista do Município de Arraial do Cabo” (UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO BRASIL, 2019, *on-line*). De acordo com Araújo e Nicolau (2018, p.309) a Resex-Mar de Arraial do Cabo foi a segunda Unidade de Conservação instituída no Brasil no modelo de Reserva Extrativista Marinha e foi criada com o intuito de:

[...] proteger as áreas de pesca utilizada por populações tradicionais que viviam há gerações do extrativismo dos recursos pesqueiros do município de Arraial do Cabo, litoral do Rio de Janeiro. Visava, principalmente, a proteger as áreas de pesca de canoa da ação de traineiras e arrastões, provenientes de outros estados, que utilizavam barcos motorizados e petrechos mais sofisticados, possibilitando a pesca em larga escala e causando grande

⁴ Para o assunto ver LOBÃO, Ronaldo Joaquim da Silveira. Cosmologias Políticas do Neocolonialismo. Como uma política pública pode se transformar numa política do ressentimento. 2006. Tese de Doutorado. Tese de Doutorado em Antropologia. Brasília: UnB e ARAÚJO, Valéria Penchel; NICOLAU, Omar Souza. Participação social na Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo: uma análise dos instrumentos de gestão sob a ótica da decolonialidade. Desenvolvimento e Meio ambiente, v. 48, 2018.

⁵ Há várias outras UCs sobrepostas ao PECS e a RESEX, o que ocasiona uma certa dificuldade na gestão, mas o trabalho irá focar somente nas UCs citadas acima.

impacto ambiental nas áreas próximas aos costões, áreas essas utilizadas tradicionalmente pelos extrativistas.

A Resex-Mar de AC (Figura 3) está inserida dentro do grupo de uso sustentável, que permite usos voltados para pesquisa, lazer, visitação, educação ambiental e recreação. Objetiva a proteção dos meios de vida e da cultura das populações locais, além de garantir a utilização dos recursos de forma sustentável (OLIVEIRA, 2017).

Figura 3 Área da Resex Marinha de Arraial do Cabo



Fonte: João Lara Mesquita, 2015

Moraes *et al* (2008) menciona que a prática pesqueira centenária na Resex-Mar é um meio para a conservação da biodiversidade marinha e é privilegiada pelo raro fenômeno da ressurgência⁶ que de modo sazonal, fertiliza o oceano gerando uma alta produtividade primária de organismos ao longo da cadeia trófica, sendo um fenômeno de extrema importância para a manutenção da pesca na região.

Pescadores artesanais, até metade da década de 1990, realizavam a atividade do turismo náutico como fonte de renda secundária dentro da Resex-Mar de AC, os barcos

⁶ O fenômeno da ressurgência é gerado por ventos de nordeste, produzidos por um centro atmosférico de alta pressão semipermanentes sobre o Atlântico Sul, ocasionando o afloramento de águas frias e ricas em nutrientes (MARTINS, 2017)

utilizados para realização dos passeios turísticos eram os mesmos utilizados para a prática da pesca. Não havia uma infraestrutura voltada especificamente para atender ao turismo. Alavancada pela prática do mergulho, o turismo cresceu de forma espontânea e desordenada na região, ocasionando conflitos entre pescadores artesanais e empresas de turismo náutico (VINHA; MAY; CALDASSO, 2008) que disputavam o mesmo espaço, o mar, um recurso de livre acesso e propriedade comum de múltiplos usuários (MORAES *et al*, 2008).

O multiuso dentro da Resex-Mar de Arraial do Cabo se dá devido aos diferentes usos pelos atores sociais que atuam dentro da mesma. Pescadores artesanais, amadores e até os esportistas, profissionais e empresas de turismo náutico e mergulho compartilham o local comum com suas distintas atividades. Segundo Moraes *et al* (2008), subtraindo a tradicional pesca artesanal, as demais atividades são um desafio à sustentabilidade local o que dificulta a gestão da Resex, que se trata de uma gestão compartilhada que procura compartilhar o poder de decisão entre os multiusuários e o estado.

O declínio da pesca artesanal e a própria disputa de territórios de pesca entre os pescadores fez com que parte dos pescadores migrassem para o setor do turismo náutico, e o que antes era uma renda secundária, passou a ser renda essencial, visto que atualmente, o turismo vem se tornando a principal fonte de geração de renda no município de Arraial do Cabo (VINHA *et al*, 2008).

Mendonça *et al* (2013) afirmam que há uma reconfiguração socioambiental nos espaços onde antes se tinha a pesca como principal fonte de renda e atualmente se tem o turismo. A introdução do turismo em Arraial do Cabo não apenas trouxe uma mudança na caracterização paisagística e social de Arraial do Cabo (Figura 4), como também na economia e no modo de vida dos cabistas⁷. É importante enfatizar sobre a transformação da paisagem litorânea na região, não apenas pelas pressões de ocupação antrópica desordenada e exploração turística e imobiliária sofridas na região, mas pela Resex-Mar de AC estar localizada no ambiente marinho.

⁷ Gentílico de quem é natural de Arraial do Cabo

Figura 4 Quantitativo de embarcações na Porto da Praia dos Anjos



Fonte: David Steinwender, 2019

A relação entre os corpos hídricos e o turismo não é datada recentemente. Desde a antiguidade, as primeiras civilizações foram formadas próximas aos corpos hídricos. Eles sempre exerceram fascínio e vislumbre aos olhos humanos e são recursos indispensáveis a sobrevivência. Mendonça *et al* (2013) enfatizam que a procura pelo sol e mar são os fatores que mais atraem na busca pelo “fazer turismo” na atualidade. Mediante essa busca o turismo tem se tornado um vetor do crescimento urbano e sazonal nas cidades litorâneas.

Visando o ordenamento da ocupação nos espaços litorâneos e o uso sustentável dos recursos costeiros foi implantado pelo governo brasileiro o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC) instituído pela Lei 7.661/88 (PNGC, s.d. *on-line*). A área de abrangência do PNGC é a Zona Costeira (ZC) que é entendida (BRASIL, 2004, *on-line*) como o “espaço geográfico de interação do ar, do mar e da terra, incluindo seus recursos renováveis ou não, abrangendo uma faixa marítima e uma faixa terrestre”.

Sobre faixa Marítima e faixa terrestre ainda de acordo com (BRASIL, *ibid*) entende-se como:

I - Faixa marítima: espaço que se estende por doze milhas náuticas, medido a partir das linhas de base, compreendendo, dessa forma, a totalidade do mar territorial;

II - Faixa terrestre: espaço compreendido pelos limites dos Municípios que sofrem influência direta dos fenômenos ocorrentes na zona costeira.

Segundo Oliveira e Nicolodi (2012) a Zona Costeira (ZC) é identificada como patrimônio nacional pela constituição nacional de 1988 e é competência dos estados e municípios costeiros a concepção e execução do planejamento regional e local do seu gerenciamento costeiro. Cerca de 20% da população do país reside em regiões localizadas na costa brasileira e parte dessa população são povos com modos de vida tradicional como; remanescentes de quilombolas e de indígenas e pescadores artesanais, como é o caso do município de Arraial do Cabo. (OLIVEIRA; NICOLODI, *ibid*).

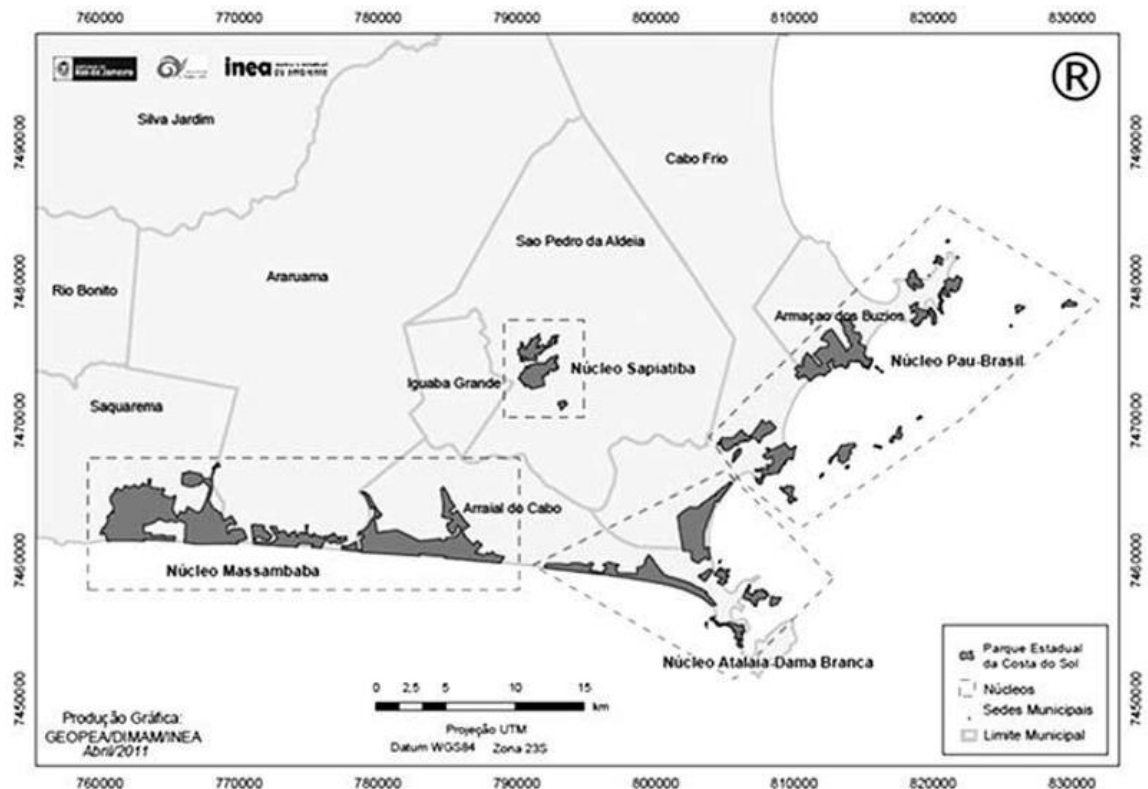
Os principais vetores do crescimento desordenado da Zona Costeira do Brasil apontados por Oliveira e Nicolodi (*ibid*) são a industrialização (petróleo e gás), a urbanização e a exploração imobiliária e turística. Mediante estas pressões exercidas e dado à elevada importância ambiental, social e cultural que esta zona abriga, ela se constitui área de grande relevância para o planejamento e gestão ambiental.

2.3.2 Parque Estadual da Costa do Sol

O Parque Estadual da Costa do Sol (PECS) foi criado em 2011 pelo decreto estadual nº 42. 929, de 18 de abril. Possui uma área de 9790,44 hectares e está dividido em quatro núcleos (Figura 5); Massambaba, Atalaia-Dama Branca, inseridos em Arraial do Cabo; Pau Brasil e Sapiatiba (RIO DE JANEIRO, 2011).

Devido o objetivo de preservação dos últimos remanescentes de Mata Atlântica o parque teve um recorte fragmentado, o primeiro no Brasil com esse modelo. São 43 porções de territórios que abrangem os municípios de Araruama, Armação de Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Saquarema e São Pedro da Aldeia. O PECS constitui uma Unidade de Conservação de proteção integral, ou seja, admite apenas o uso indireto de seus recursos naturais e tem como objetivo a preservação (INEA, 2019).

Figura 5 Núcleos do PECS



Fonte: INEA, 2011

De acordo com o decreto de criação do PECS destacam-se os objetivos de:

Assegurar a preservação dos remanescentes de Mata Atlântica e ecossistemas associados da região das baixadas litorâneas (restingas, mangues, lagoas, brejos, lagunas, entre outros), possibilitando a recuperação das áreas degradadas ali existentes; manter populações de animais e plantas nativas, servindo como refúgio para espécies migratórias raras, vulneráveis, endêmicas e ameaçadas de extinção da fauna e flora nativas; oferecer oportunidades de visitação, recreação, interpretação, educação e pesquisa científica; possibilitar o desenvolvimento do turismo no seu interior - uma vocação natural dessa região do Estado - além de atividades econômicas sustentáveis no seu entorno (RIO DE JANEIRO, 2011, p.2).

O órgão gestor do PECS é o Instituto Estadual do Ambiente (INEA) que tem como missão “proteger, conservar e recuperar o patrimônio ambiental do Estado do Rio de Janeiro...” (INEA, 2019, p.10). O INEA foi criado pela lei estadual nº 5.101/2017, integra a

administração pública indireta e é vinculado à SEAS (Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade). O INEA tem como dever gerir, implantar, monitorar, fiscalizar e proteger as Unidades de Conservação do Estado (INEA, 2019).

O PECS está inserido no bioma da Mata Atlântica. Como já foi citado, foi com o objetivo de assegurar a preservação dos remanescentes de Mata Atlântica que a UC foi criada. Na área do PECS são encontrados uma variedade de ecossistemas como; restingas, costões, manguezais, brejos, ambientes lacustres e floresta estacional decidual e semidecidual. Dentre estes ecossistemas destacam-se a Serra da Sapiatiba e das Emerências, as dunas do Però e de Cabo Frio, chama-se atenção para a Duna mãe em Cabo Frio, que é um dos pontos turísticos da cidade para se apreciar o pôr do sol (Figura 6), além da Restinga da Massambaba e da lagoa de Jacarepiá (INEA, 2019).

Figura 6 Pôr do sol na Duna Mãe – Cabo Frio



Fonte: Gabriel Barros, 2019

Inserido no CDVCF (Centro de Diversidade Vegetal de Cabo Frio), o PECS compõe o núcleo Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, este núcleo evidencia peculiaridades que diferem do resto do país, características geomorfológicas e climáticas, acarretando no elevado grau de endemismo em espécies de fauna e flora na área que abrange o PECS, das quais algumas estão ameaçadas de extinção. Dentre as espécies, evidenciam-se; o mico – leão

dourado, a borboleta-da-praia, a lagartixa-da-areia, o cacto cabeça-branca, orquídeas e o formigueiro-do-litoral (Figura 7), este último estampa a identidade visual do PECS (INEA, *ibid*).

Figura 7 Formigueiro do Litoral



Fonte: David Steinwender, 2019

O Plano de Manejo (PM) da UC é recente. Mesmo tendo sido iniciado em 2014, sua conclusão se deu apenas em 2019. De acordo com (INEA, 2019, p.22) estão incluídos no PM “uma breve descrição da UC [...], seu propósito, as declarações de significância, bem como os recursos e valores fundamentais (RVFs)”. O propósito do parque foi construído de forma coletiva na oficina participativa, sendo definido como:

O Parque Estadual da Costa do Sol, localizado na Região dos Lagos, no litoral do Estado do Rio de Janeiro, é formado por um conjunto de fragmentos do Bioma Mata Atlântica, especialmente restingas, dunas, lagoas, brejos, costões rochosos, ilhas costeiras e lacustres, praias e ambientes marinhos. Possui uma diversidade de espécies de animais e plantas exclusivas desta região, muitas delas ameaçadas. As condições climáticas particulares permitem a existência de paisagens de grande beleza cênica que atraem visitantes durante todo ano. Além disso, contém formações geológicas notáveis que testemunham o início da vida do planeta e a fragmentação entre o continente sul americano e o africano. Dessa forma, o PECS foi criado para proteger e recuperar esses patrimônios, bem como para impedir a expansão imobiliária sobre áreas de relevância ecológica e contribuir com o

ordenamento turístico, respeitando culturas e práticas sustentáveis das populações tradicionais (INEA, 2019, p.22).

O PM também evidencia sobre a beleza cênica que é encontrada no PECS. São paisagens únicas que foram formadas ao longo dos anos pela combinação da localização geográfica, do clima, da geomorfologia, entre outros fatores físicos e químicos. Esse conjunto faz com o PECS abrigue praias consideradas como as melhores do país e do mundo. Todos esses fatores tornam a UC um grande atrativo turístico. E em contrapartida há um grande desafio na gestão e ordenamento do mesmo.

Mediante esse cenário já está em fase de construção pelo INEA o programa de ordenamento da visitação que “visa ao manejo sustentável dos recursos naturais e da paisagem do PECS para o turismo, com ênfase na ampla participação das instituições públicas e privadas, das comunidades locais, e na constituição de um arranjo de governança” (INEA, 2019, p.77).

Outro grande desafio à gestão do PECS são as atividades conflitantes, (INEA, 2019, p.21), dentre as quais destacam-se:

Invasões; parcelamento ilegal do solo; situação fundiária da UC; fogo; supressão da vegetação; coleta e comércio de espécies vegetais (marcadamente ornamentais); caça e comércio ilegal de exemplares de fauna; contaminação de mananciais hídricos (com destaque para a Lagoa de Araruama), principalmente por esgotamento sanitário; descarte de resíduos sólidos; atividades de pecuária; visitação intensa e não ordenada; presença de antenas; utilização de veículos diferenciados em áreas não adequadas; e presença de espécies exóticas e invasoras, dentre outras.

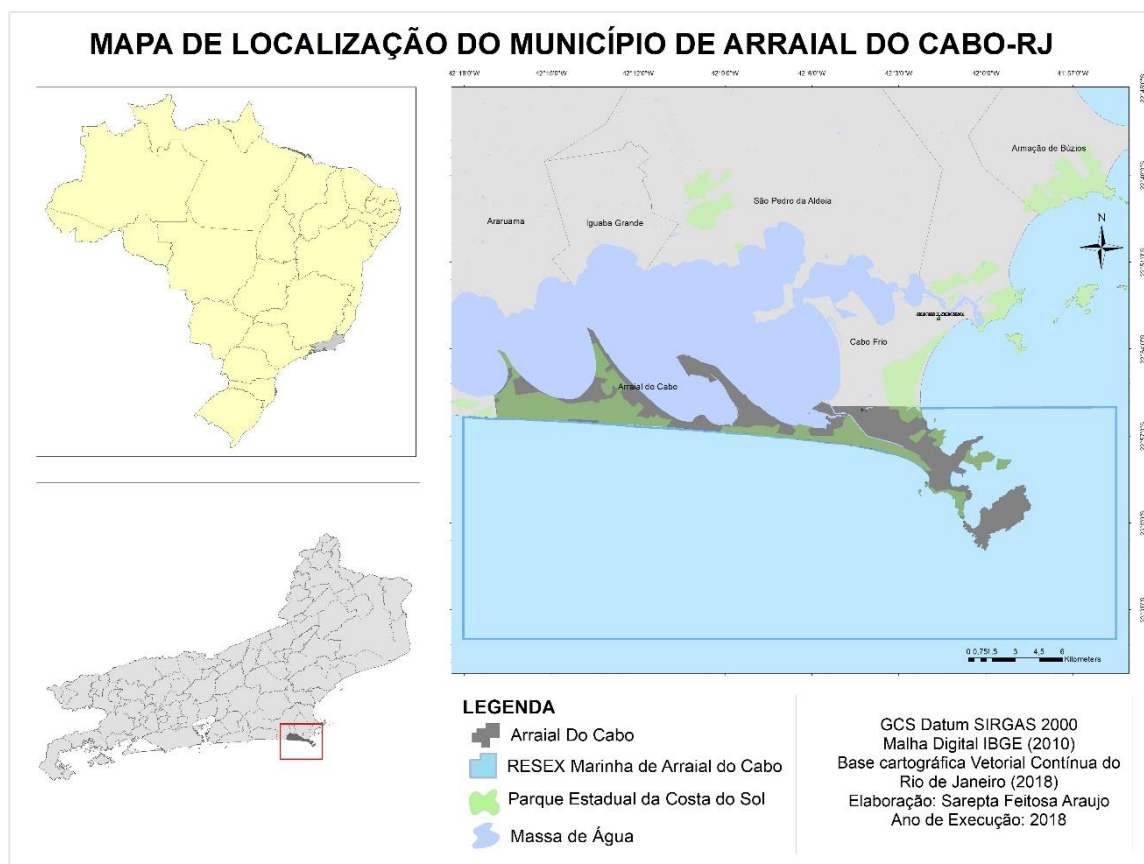
Uma séria atividade conflitante é a visitação intensa e não ordenada. De acordo com Maulo (2016) é visível o aumento da população nos seis municípios abrangidos pela UC, principalmente na época de alta temporada (de dez. a mar.). Nesse período a população chega a triplicar. Arraial do Cabo é um dos municípios abrangidos pelo PECS que sofre com o aumento do turismo por não ter suporte e nem planejamento adequado para acomodar um grande quantitativo de turistas. Além de se pensar o planejamento e gestão a nível estadual é necessário também pensar o planejamento e gestão a nível municipal, pois são os municípios que mais sofrem com a visitação desordenada nesses locais.

3 TURISMO, CONFLITOS E PERCEPÇÃO AMBIENTAL DAS PRAIAS DO PONTAL DO ATALAIA

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE PESQUISA

A área de estudo está localizada no município de Arraial do Cabo (Figura 8), o qual possui um território de 158, 9 km² e uma população estimada de 30.096 pessoas. Arraial do Cabo desmembrou-se de Cabo Frio pela lei estadual nº 839 de 13 de maio de 1985, sendo elevado à categoria de município. Sua divisão territorial data de 18 de agosto de 1988, o qual o constituiu município distrito sede (IBGE, 2019).

Figura 8 Mapa de Localização de Arraial do Cabo



Fonte: Elaborado pela autora, 2018

O crescimento de Arraial do Cabo foi fortemente impulsionado pela presença da Companhia Nacional de álcalis (CNA) e pelo turismo de veraneio, que atualmente é o que movimenta a economia da cidade.

A CNA (figura 9) se tratava de uma indústria de produção de barrilha e soda cáustica, matérias primas fundamentais para as indústrias. O principal objetivo para sua viabilidade e implantação foi a busca pela independência desses insumos do mercado internacional. A companhia foi criada no período do estado novo com a intenção de impulsionar a industrialização do Brasil. (PEREIRA, 2009).

Figura 9 Companhia Nacional da Álcalis



Fonte: Missão do museu Nacional, 1950

Arraial do Cabo, na época que foi definida como local para instalação da CNA, possuía aproximadamente 35 mil habitantes e tinha como sede o município de Cabo Frio, cidade atualmente limítrofe, localizada a apenas 12,5 km. Para a escolha de Arraial do Cabo, vários atributos foram levados em consideração; proximidade com os mercados consumidores, disponibilidade de sal, calcário, água do mar em baixa temperatura, água doce e combustível. Um dos maiores problemas foi o fornecimento de água doce, que foi posteriormente disponibilizado pela bacia do Rio São João (PEREIRA, 2009).

A CNA teve seu funcionamento de 1944 a 2006 e mudou a dinâmica dos moradores da cidade a partir de sua construção. Os habitantes locais, que em parte tinham a pesca como atividade econômica, viram-se atraídos aos novos padrões culturais da modernização trazidos pela CNA. Na mudança da rotina atrelada ao cumprimento de horários e na rota que não era mais para o mar, a pesca, foi aos poucos sendo substituída pela ocupação na Álcalis e pela garantia de renda (PEREIRA, 2009).

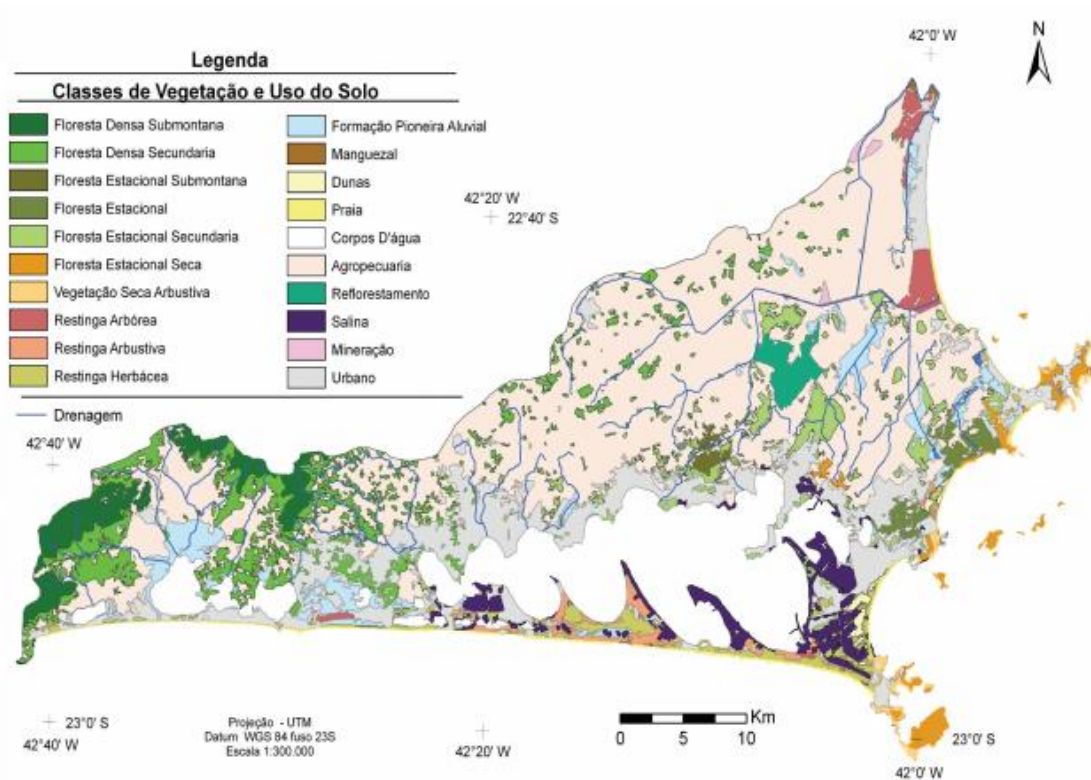
Além de modificar a dinâmica cultural do município para além do tempo que permaneceu em funcionamento, a CNA também modificou a paisagem do local. Atualmente as ruínas da antiga Álcalis fazem parte do roteiro dos guias de turismo da região, mantendo assim, sua história viva.

Arraial do Cabo, por se tratar de uma cidade litorânea, tem grande potencial turístico e possui características únicas como o fenômeno marinho da ressurgência ocasionando baixos índices pluviométricos resultando, na maior parte do ano, em dias ensolarados.

O efeito provocado pela ressurgência é condicionado pela brusca inflexão que a linha de costa sofre na altura do Cabo Frio, pela batimetria da plataforma continental e pelos constantes ventos NE, deslocando a massa oceânica superficial aquecida e favorecendo a migração vertical de águas frias de subsuperfície, inibindo a formação de cúmulus responsáveis por chuvas convectivas (BARBIÉRE 1975; TURCQ *et al.* 1999; MOREIRA-DASILVA 1973 *apud* BOHRER *et al.*, 2009, p.6).

O elevado déficit hídrico da região juntamente com sua especificidade climática influencia fortemente na vegetação da região, que é predominantemente formada por restinga (figura 10), de acordo com a classificação de vegetação e uso do solo no CDVCF (Centro de Diversidade Vegetal de Cabo Frio) de Bohrer (2009). Ressalta-se, ainda, que a restinga se apresenta diversa em questão de flora e fisionomia com alto grau de endemismo. Como exemplo o cacto *Pilosocereus ulei*, chamado vulgarmente de “cabeça de velho” que está na lista vermelha de espécies ameaçadas da IUCN (*International Union for Conservation of Nature and Natural Resources*), (IUCN, 2019).

Figura 10 Mapa de vegetação e uso do solo do CDVCF



Fonte: CDVCF, 2009

As principais formações de restinga do município são as restingas arbustiva e herbácea. A formação arbustiva é encontrada sobre o campo de dunas fixas, com fisionomia bastante diversificada formada por uma vegetação aberta de moitas que se intercalam em áreas com vegetação e solo exposto, com porte médio variando entre 2 e 3 m. A formação herbácea é encontrada predominantemente nas áreas de influência da maré. É uma vegetação de domínio das gramíneas e sua cobertura varia de rala a densa (BOHRER *et al*, 2009).

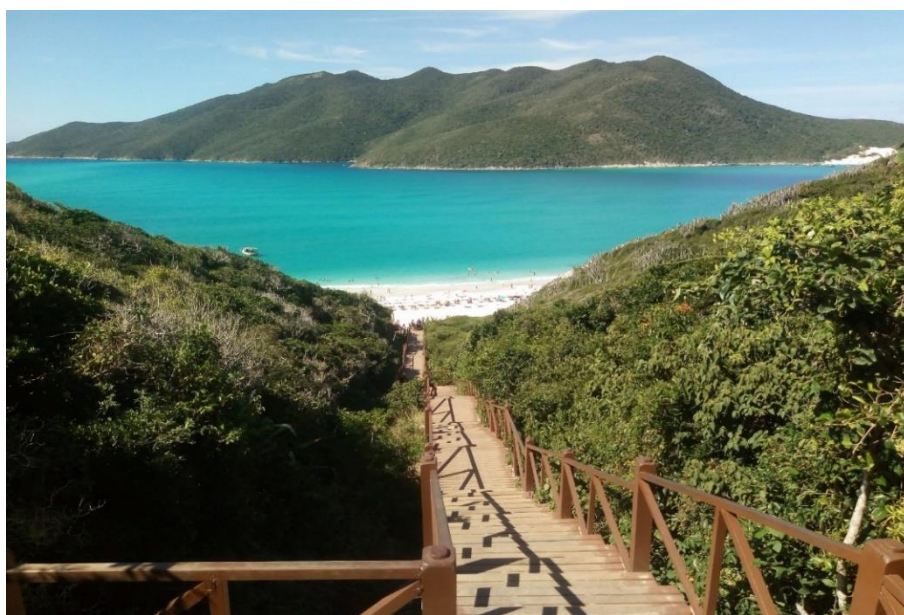
Pela classificação de Köppen, o clima de Arraial do Cabo é semiárido quente (Bsh), com a temperatura variando de 9° a 35°C. Os ventos predominantes são os de NE, sua frequência no verão ultrapassa os 50% e influencia diretamente a ocorrência do fenômeno da ressurgência, citado anteriormente. Os ventos de S e SO, estão geralmente associados às frentes frias e são mais constantes no outono e inverno (BOHRER *et al*, *ibid*).

Arraial do Cabo está inserida na região hidrográfica VI, denominada lagos São João que tem a laguna de Araruama como principal bacia contribuinte (PMMA, 2017). O município

é conhecido como a “capital do mergulho”, pois abriga oito praias de águas azul cristalino que são propícias para a prática do mergulho; Praia do Pontal, Prainha, Praia Grande, Praia do Forno, Praia Brava, Praia dos Anjos, Praia do Farol e Prainhas do Pontal do Atalaia. A área de estudo são as Prainhas do Pontal do Atalaia, elas são consideradas pelo sítio eletrônico *Tripadvisor*⁸, uma das melhores praias de Arraial do Cabo

As Prainhas do Pontal do Atalaia são uma parada obrigatória nos passeios de barco que saem da praia dos anjos em Arraial do Cabo - RJ. Tem como marca suas águas de azul cristalino e sua escadaria, 255 degraus de madeira (Figura 11), construída em 2014 para facilitar a chegada dos banhistas à praia que antes era realizado por uma trilha de pedras muito íngreme e de difícil acesso. Em razão de sua localização geográfica e sua potencialidade paisagística, as Prainhas do Pontal do Atalaia atraem uma grande quantidade de turistas todos os anos. De acordo com o cenário de visitação (GEVINS; DIBAPE, 2018), a média diária dos turistas que acessam às Prainhas via marítima na alta temporada, varia entre 2.000 e 3.000 visitantes e as que acessam o atrativo via terrestre, varia entre 1.000 e 2.000 visitantes.

Figura 11 Escadaria de acesso às Prainhas do Pontal do Atalaia



Fonte: David Steinwender, 2018

⁸ <https://www.tripadvisor.com.br/Attractions-g1056623-Activities-Arraial_do_Cabo_State_of_Rio_de_Janeiro.html>. Acesso em: 10 jun. 2018

O território das Prainhas do Pontal do Atalaia é protegido por duas Unidades de Conservação, a Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, que é uma Unidade de Conservação Federal, e o Parque Estadual da Costa do Sol-Anita Mureb, Unidade de Conservação a nível estadual. As Prainhas do Pontal estão inseridas no núcleo Atalaia-Dama Branca do PECS, o qual possui uma área total de 113, 24 há (RIO DE JANEIRO, 2011). Segundo (INEA, 2019) 20, 58% da área do município de Arraial do Cabo está inserido dentro da área do PECS, representando 30,4% da área do parque.

3.2 PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS ATORES SOCIAIS

Com o objetivo de compreender a percepção ambiental dos interlocutores envolvidos com o turismo nas PPA, foi utilizado como instrumento de pesquisa o roteiro de entrevista semiestruturado com temáticas abertas com representantes de quiosqueiros, ambulantes, taxistas, operadores do turismo náutico e pescadores. O roteiro de entrevistas buscou identificar percepções acerca do impacto ao meio ambiente nas PPA, dos conflitos que permeiam o uso compartilhado do solo e da lâmina d'água, da gestão das Unidades de Conservação e das atividades turísticas desenvolvidas nas PPA.

3.2.1 Percepção sobre os impactos

Na fala dos atores sociais⁹, é possível identificar que o principal impacto observado por eles é a questão da deposição irregular do resíduo sólido por parte dos turistas. Eles afirmam que os turistas desconsideram as lixeiras nos locais, e depositam seu lixo na faixa de areia, muitas vezes enterrado; na vegetação, da qual é muito difícil retirar, pois a vegetação possui muitos cactos; no mar; embaixo da escadaria e *etc.*

Segundo a percepção ambiental de Antônia, ator social que representou os quiosqueiros, um grande problema é a questão do lixo. Ela afirma que há muito lixo na praia, principalmente na parte de cima, local de acesso às escadarias das PPA, e que essa ação é realizada pelos próprios turistas. Essa problemática é elucidada na fala a seguir:

Eu vejo que o próprio turista, ele também não tem educação, por mais que tenha placas, por mais que a gente fale: a lixeira tá ali, chega um que fala: - ahh cadê? joga aí no lixo! -Eu não tenho lixo aqui, a lixeira é ali! Mas eles fazem questão de jogar aqui, oh cê pode ver que tá aí na rua. Isso não somos nós que trabalhamos que fazemos isso. Nós temos o nosso lixo aqui, tem um lixo ali. Isso aí é o turista que faz. (Antônia, 28/10/2019).

⁹ O nome dos atores sociais apresentados no trabalho são nomes fictícios.

Já na percepção de Renato, ator social representante dos ambulantes, não é visível muita deposição de resíduo sólido na faixa de areia pois os quiosqueiros e os ambulantes cuidam do espaço, o que não gera nenhum impacto segundo ele. Eles (os ambulantes) pagam para buscar o lixo gerado nas PPA e cuidam do local uma vez que, dependem do mesmo para obtenção de sua renda.

Eu não percebo porque a gente cuida da praia. Se a gente não cuidasse da praia. Claro, poderia ter por causa devido o lixo. A gente até assumiu essa responsabilidade perante [...] o INEA, entendeu? Então a gente tá mantendo ela até hoje. Tem umas lixeirinhas na escada...lixeira. Cada barraquinha tem que ter duas lixeiras. (Renato, 28/10/2019).

Atualmente, não há fiscalização nem monitoramento nas PPA, o que dá liberdade aos turistas para acessarem a praia com *cooller* e churrasqueira e, segundo relatos dos meus interlocutores, os resíduos produzidos por eles não retornam, ficam nas praias. Segundo a percepção ambiental de Renato isso prejudica as atividades dos ambulantes, pois eles têm um controle sobre o lixo que é gerado pelos seus clientes, mas não há como ter um controle sobre o lixo trazido pelos turistas, principalmente em *coolers*, como é elucidado em sua fala:

Eu tenho controle do que eu to vendendo aqui. E eu tenho controle do que eu vou limpar, do que eu vou tirar do espaço [...] vamos dizer que eles sentam lá no canto daquela pedra lá com o *cooller*, eu to aqui, eu não sei o que eles estão arrumando lá [...] então eu não sei o que eles vão jogar lá no meio do mato, eu não sei qual vai ser o impacto que eles vão arrumar lá. [...] quando ele traz (turista) ele vai jogar em qualquer lugar e eu não vou saber o que ele está fazendo (Renato, 28/10/2019).

Na percepção de José, que representa os operadores do turismo náutico, percebemos que ele considera que a maior parte da “poluição” que é deixada na praia vem pelos banhistas que acessam a praia pela via terrestre, uma vez que eles ficam mais tempo na praia do que os turistas que acessam a praia através de passeios náuticos, que tem uma média de 30 minutos de permanência na praia. Isso é evidenciado na seguinte fala:

[...] o que promove a poluição dentro das nossas praias são os turistas que vem a pé. Os que fazem passeio de barco, eles deixam o resíduo dentro das lixeiras do barco, porque quando algum turista joga lixo no chã do barco na mesma hora os marinheiros chamam atenção e pedem, e indicam onde tem lixeira, fazem a própria coleta, entendeu? Então essa poluição não vai pro mar (José, 07/11/2019).

Sobre a percepção de José, vale destacar que não se pode julgar que uma pessoa poluí mais pelo fato de ter um tempo maior de permanência na praia. Ela pode muito bem passar o dia todo na praia e ter educação ao recolher seu lixo, de depositá-lo em local adequando, como também, passar o dia todo “poluindo”. Isso vai depender da consciência e educação ambiental que cada pessoa tem, não do tempo que ela passa na praia. Além disso, a fala de José obviamente defende seu ofício no que diz respeito aos impactos, mas não necessariamente há controle dos operadores do turismo náutico em relação aos turistas que usam o serviço. O problema parece estar sempre no “outro”.

O descarte incorreto dos resíduos sólidos pelos frequentadores da praia é realmente uma grande problemática, mas em contrapartida não há um quantitativo adequado de lixeiras. Evidencia-se, assim a necessidade do poder público e da gestão das Unidades de Conservação instalarem mais lixeiras em locais estratégicos. Nas figuras 12 e 13, retiradas na alta temporada de 2018, no mesmo dia, porém em diferentes horários, é possível observar que a quantidade de lixeiras dispostas na parte superior das PPA, não suporta a quantidade de lixo que é gerado. Ou seja, há a necessidade da instalação de uma quantidade maior de lixeiras no local ou até mesmo de uma dinâmica eficiente da coleta pelo poder público, pois é visível o descaso do mesmo no recolhimento dos resíduos no local, visto que o lixo permanece acumulado, as vezes, por dias e não é recolhido. Por outro lado, a instalação de mais lixeiras pode não solucionar o problema do acúmulo de lixo, pois irá depender do uso das lixeiras por parte das pessoas, e a frequência da coleta, por parte do poder público.

A falta de banheiro público é percebida pelos atores sociais como uma experiência de tofobia, algo percebido de forma negativa, na fala de Antônio, quando ela diz que: “isso (utilização de trilhas e cavernas como banheiro) tá agredindo muito a vegetação”. É possível observar, em sua percepção, que esse fator resulta em um impacto na vegetação. Segundo ela, a falta de banheiro não traz implicações apenas na experiência turística dos visitantes, mas na vida dos próprios trabalhadores que têm que exercer suas atividades diariamente em um local que não dispõe ao menos de um banheiro químico. Um banheiro químico beneficiaria

à conservação das PPA porque retiraria o resíduo que atualmente é depositado na faixa de areia da praia, no mar, nas trilhas, nas grutas e na vegetação.

Figuras 12 e 13 Quantidade de lixo x quantidade de lixeira



Fonte: David Steinwender, 2018

Ainda analisando a fala de Antônio sobre os impactos, ela, juntamente com outros interlocutores, percebeu que após a construção da escada, em 2014, houve um significativo crescimento do turismo. Pode-se supor que esse crescimento se deu devido a facilidade de acesso à praia que os turistas passaram a ter. Segundo Antônio, a escadaria é muito mais que um meio de acesso à praia, tornou-se um cartão de visita. Grande parte dos turistas relacionam a praia à escadaria, conhecendo-a por “praia da escada” ao invés de Prainhas do Pontal do Atalaia:

O famoso aqui, não é a praia, é a escada. Tem gente que vem num vai nem pra praia. [...] A escada impactou muito nesse sentido de da procura das pessoas porque o que tá na internet não é a praia, é a escada. As pessoas num chega aqui falando: ah a praia, ah [...] cadê aquela escada?. (Antônia, 28/10/2019).

De acordo com Renato, a construção da escadaria implicou na facilidade de acesso à praia pelos turistas, acarretando em um movimento maior, que se deu também pela divulgação da praia e da escadaria nas redes sociais. “Antes da escadaria, aqui era menos movimentado” (Renato, 28/10/2019). Um dos pontos positivos que o crescimento do turismo

trouxe foi que; para quem trabalha com o turismo, antigamente o trabalho durava apenas 3 (três) meses no ano, na alta temporada do verão, e atualmente, há trabalho durante o ano todo, visto que, o turismo movimenta e traz renda para o local.

Já na percepção ambiental de José, a construção da escadaria tornou-se um empecilho para a conservação das PPA, pois facilitou o acesso e segundo ele, é através dos turistas que acessam a praia via terrestre que vem a maior quantidade e deposição irregular de resíduos sólidos:

O barco não agride a praia, o barqueiro. Ninguém que vai de barco agride a praia, mas quem vai a pé, sim. Todos os barcos têm banheiro, a praia tem banheiro? Não! Mas os barcos têm banheiro. Na praia...quem vai na praia...quem sai do barco só fica meia hora na praia num leva nada, ela tá agredindo a praia, porque ela foi tira foto? Não! Mas quem vai a pé e passa do dia todo que leva tabuleiro de farofa, *cooller* cheio de bebida, leva filho, filho com fralda descartável [...] churrasqueira [...] (José, 07/11/2019).

Maria, representante dos taxistas, relembra sua época de infância em que não havia um quantitativo grande de pessoas nas PPA. Em sua fala ela descreve uma vegetação diferente, pois invadia a parte que hoje é a estrada e o estacionamento, como é observado no seguinte trecho: “[...] a vegetação era muito mais densa, muito mais fechadinha é ... você percebe que não tinha barro na vegetação, agora se você passar tá toda marrom, por quê? O carro vai passando, vai subindo poeira, é tudo marrom! Não é mais verdinho”.

Dentre as percepções negativas e tofóbicas acerca da escadaria, por parte de alguns atores um impacto positivo foi apontado por Manoel, representante dos pescadores:

Eu acho que ela diminuiu o impacto em cima do solo de uma forma muito importante, principalmente num lugar de talvegue, né? Agora ela proporcionou o acesso fácil a mais pessoas, né? E que isso sem um estudo de capacidade de suporte das praias alí, né, realmente é um impacto também danado...barulho, som, lixo (Manoel, 11/11/2019).

Uma mudança na paisagem, percebida pelo interlocutor João, que coincide com o crescimento do turismo, foi a diminuição do tamanho das dunas que existem nas PPA. O ator social analisou que a diminuição das dunas se deu a partir do momento que as pessoas

começaram a transitar sobre elas, para tirar foto e escorregar, utilizando caixas de papelão e até mesmo lixeiras que existiam no local, juntamente com a prática de *Sandboard*. Isto é demonstrado na fala abaixo:

As dunas que tinham nas PPA se acabou [...] porque muita gente subindo pra tirar foto [...] e chegaram há um tempo atrás de botar aquele *Skyboard*, né? Pra esquiar o pessoal, *Sandboard*, pra ficar esquiando nas dunas, então foi outra coisa que fez a diminuição muito rápido das dunas. (João, 07/11/2019)

Um fator impactante, percebido por Manoel, foi a ruptura da cultura tradicional pesqueira nas PPA, uma vez que, os pescadores deixaram de exercer a atividade de avistamento do cardume no mar, para ficar vigiando a raia e cobrando dos barcos um valor, que pode não ser justo para eles. A percepção de interlocutor é confirmada na fala a seguir:

A galera dali, assim, sofreu um impacto cultural muito grande porque ele deixa de tá avistando cardume, pra tá vigiando embarcação da raia, então aí você tem uma quebra de cultura, ou seja, seus filhos não vão aprender aquilo que você sabe fazer. Cabô! Aí você tá exterminando a cultura daquele local (Manoel, 11/11/2019).

De acordo com Manoel, é necessário um estudo no qual seja possível mensurar o impacto do turismo na Pesca nas PPA, dando aos pescadores ferramenta adequada para negociar com os operadores do turismo náutico, um valor justo, e não o valor que é cobrado atualmente, um valor baixo, como é observado na fala a seguir: “o grande erro é você estipular R\$ 1...R\$ 2 [...]”. Ainda de acordo com a percepção de Manoel:

Na minha percepção em relação aos pescadores de Arraial, você teve um impacto muito forte em relação ao turismo. Ninguém sabe ao certo o dano que isso pode ter ocorrido ou vir ocorrendo pra afugentar os cardumes principalmente da Prainha, das Prainhas [...] (Manoel, 11/11/2019).

No quadro 1 é evidenciado os principais impactos citados pelos atores sociais entrevistados.

Quadro 1 Principais Impactos sinalizados pelos atores sociais

Poluição sonora	Impacto cultural	Poluição por resíduos sólidos
Diminuição das Dunas	Derramamento de óleo pelas embarcações	Ausência de banheiro público
Mergulho Recreativo	Pesca Industrial	Uso de protetor solar

Fonte: Elaborado pela autora, 2019

De todos os impactos sinalizados pelos atores sociais, o que mais chama atenção é o impacto na cultura dos pescadores das PPA. Algo que foi percepção comum da maioria dos atores sociais entrevistados foi que, não há mais peixe em abundância como havia antigamente. Devido a prática do turismo naquele local, e o trânsito diário de barcos, o pescador “perdeu” seu espaço de pesca e alguns chegam a afirmar que a quantidade de barco transitando durante todo o dia, afugenta os peixes. O estudo de (Campbell *et al*, 2019) afirma que o som das embarcações pode afetar os ecossistemas marinhos, sendo reconhecido como um importante poluente sonoro.

Com relação a poluição sonora marítima, Manoel afirma que:

Fui testemunha ocular (...) de uma lancha de turismo chegando na praia e o peixe se afastando da praia e indo para fora, por causa do barulha da lancha chegando na praia. Realmente existe o impacto, ele só não é mensurado (Manoel, 11/11/2019).

De acordo com Pedro, ainda é possível observar a prática da pesca de canoa nas PPA, que é a pesca da tainha, realizada no inverno, nos meses de abril, maio, junho e julho, por cerca de 6 (seis) canoas. Mas de uns anos para cá essa prática tem ocorrido com menos frequência, porque houve uma diminuição na quantidade de peixes “[...] aquilo ali já foi rico em peixe, farto em peixe, tainha, muita tainha” compara Pedro à época em que era rica a pesca da tainha nas PPA, e demonstra uma preocupação com o futuro: “Eu não sei onde a gente vai parar, né? Não sei se a gente vai continuar com essa tradição”.

A pescaria da Tainha ainda é praticada nas PPA, mas devido a diminuição na quantidade de peixe de umas décadas para cá, o pescador não consegue sobreviver estritamente da pesca, sendo necessário atuar no turismo náutico para garantir uma renda maior, como afirma Pedro: “o turismo é um dinheiro certo”. O turismo pode caracterizar um “dinheiro certo” porque, durante todo o ano há turismo, tanto na baixa temporada (inverno), quanto na alta temporada (verão). Já a pesca da tainha, é sazonal, sendo realizada em determinados períodos do ano.

Segundo Pedro, há um acordo, entre os operadores do turismo náutico e os pescadores, para respeitar a época da pesca da Tainha, mas ele não explicitou como é esse acordo e por se tratar de um acordo informal, ou seja, não documentado: Ainda segundo Pedro, “Não existe documento, existe acordo porque o ICMBIO [...] não tem o poder pra fazer isso [...]”. Desse modo, torna-se complicado ter clareza sobre o mesmo e, de que forma ele seria cumprido, se os operadores do turismo náutico teriam que deixar de atuar ali nos meses em que a tainha chega à costa, ou se os pescadores teriam algum horário específico para pescarem naquela área, por exemplo. O que se sabe é que o turismo náutico nos últimos dois anos tem funcionado o ano todo, e não apenas no verão como era antigamente.

3.2.2 Percepção sobre as Unidades de Conservação

A percepção dos interlocutores em relação as Unidades de Conservação foram similares. Com relação à gestão do PECS, grande maioria dos atores sociais não veem atuação da gestão nas PPA. “Se eu administro aquele parque, e é um local de visitação tão grande, eu acho que eu teria um pouco mais de cuidado, né...daquele espaço” afirma Maria. Ela também afirma que não vê nenhum responsável do PECS nas PPA, nem mesmo no verão, o que é evidenciado na fala a seguir:

Para o que é o espaço, para o que representa, para a natureza, para as pessoas, para tudo, é muito largado [...] a gente não vê eles indo lá para fazer

nenhum tipo de avaliação, nenhum questionamento a gente, a gente conhece a gestão porque nós fomos procurar a gestão. (Maria, 04/11/2019).

Segundo Manoel, “A gente viu que teve uma gestão boa no início”. Tudo se trata da vontade política e da escolha da equipe certa fazendo com que ocorra um diferencial na vida das comunidades, com relação a gestão do PECS.

Já para José, ele diz que: “Aí você chega lá, não tem ninguém do INEA, não tem nenhum guarda ambiental, não tem nenhuma postura. Você não tem nenhum tipo de pessoas que fiscalize e vigie a praia, que tome conta do patrimônio do lado ambiental” (José, 07/11/2019).

O entrevistado Renato, comentou sobre a importância da atividade exercida pelo antigo programa de monitoria ambiental do PECS. Segundo ele, após o fim do programa, foi observado a intensificação da quantidade de pessoas que acessam a praia com *cooler*, vidros, animais domésticos e com churrasqueiras, o que é proibido na área PECS de acordo com o artigo 23 do Decretoº 42. 483 de 2010 (BRASIL, 2010), que estabelece as proibições de atividades nos Parques Estaduais.

O programa de monitoria ambiental teve seu funcionamento de março de 2017 a dezembro de 2018. Foi um programa do PECS em parceria com a Prefeitura Municipal de Cabo Frio. Os monitores ambientais realizavam atividades de conscientização ambiental através de educação ambiental acerca do impacto na ação do depósito de lixo em locais inapropriados, como vegetação e costões rochosos, e de atividades proibidas, como a utilização do vidro e da churrasqueira, também era realizado monitoria nas praias inseridas nos limites do PECS; Prainhas do Pontal do Atalaia, em Arraial do Cabo, Praia das Conchas e Ilha do Japonês em Cabo Frio.

Segundo Renato o retorno do programa de monitoria ambiental seria uma contribuição da gestão do PECS à conservação das PPA “É porque ajudaria a gente nesse termo de manter a praia [...] mais conservada” (Renato, 28/10/2019).

A falta de fiscalização e monitoria na praia contribui para a percepção negativa e topofóbica dos interlocutores e para a geração de impactos, pois grande parte dos turistas desconsideram os avisos nas placas e não há ninguém que fiscalize e monitore suas ações, ou mesmo oriente sobre o que pode e não pode ser feito em uma Unidade de Conservação.

De acordo Renato não há uma clareza de quem está à frente da gestão das PPA pois o órgão ambiental da prefeitura de Arraial do Cabo afirma que quem está à frente da gestão

da praia é a própria prefeitura: “[...] No meu caso aqui a gente não sabe hoje, essa praia aqui, quem é o ... quem está ... eu falo mandando, [...] quem hoje que resolve a nossa situação” (Renato, 28/10/2019).

Ainda segundo Renato, o INEA deixou a gestão da praia, porque ele não observa mais ninguém do INEA lá. Essa ausência é demonstrada na fala “O que aconteceu foi que o INEA não poderia ter deixado a praia, ele tinha que continuar porque o trabalho tinha que ser contínuo [...] pra gente se adaptar. Antes a gente não via a praia, a gente via a venda. Hoje a gente se preocupa de cuidar [...] a gente aprendeu”. A fala do ator social se refere a preocupação com meio ambiente que eles passaram a ter após as reuniões do PECS com eles. A partir das reuniões eles, (interlocutores) começaram a se preocupar com o espaço em que trabalham, que é a natureza. E que ao cuidar do espaço eles terão um lugar conservado para trabalhar.

Sobre a gestão do ICMBIO Pedro ressalta a importância de haver um controle e fiscalização mais efetiva por parte do órgão, pois segundo ele, há barcos trabalhando sem autorização não respeitando as outras embarcações que tem autorização. Já em relação à gestão do PECS o ator social disse não ter conhecimento sobre a gestão para comentar algo.

Percepção de Manoel sobre a gestão do ICMBIO:

O ICMBIO, ele é alguém ainda do que deveria ser em relação às populações tradicionais, tentam, né? Mas por falta de infraestrutura de capacidade de “ser humano” [...] limita muito as ações dele porque muitos dos acordos que são trabalhados dentro da comunidade na hora do ICMBIO fazer cumprir, num faz. Isso cria uma desorganização social, isso faz com que as pessoas se desmobilizem (Manoel, 11/11/2019).

3.3 ANÁLISE E PERCEPÇÃO DAS ATIVIDADES TURÍSTICAS E DOS CONFLITOS AMBIENTAIS NAS PRAIAS DO PONTAL DO ATALAIA

As PPA possuem uma exuberante beleza cênica, com águas cristalinas de tom azul turquesa e ao fundo uma vista panorâmica da ilha de Cabo Frio (Figura 14). As principais atividades desenvolvidas no local são: mergulho, banho de mar e o turismo náutico de contemplação.

Figura 14 Prainhas do Pontal do Atalaia



Fonte: David Steinwender, 2019

Os acessos às PPA podem ser realizados via terrestre e via marítima. O acesso via terrestre pode ser feito pela “trilha do pescador” e pela escadaria de madeira, a qual já virou um cartão postal das PPA por sua grande divulgação nas redes sociais. A trilha do pescador fica localizada um pouco antes da escadaria de madeira e é mais utilizada como rota de carga e descarga de mercadorias pelos quiosqueiros e ambulantes. A trilha não tem sinalização e é encoberta por vegetação de restinga arbórea. Muitas pessoas utilizam essa trilha como “banheiro”. Nela pode ser observado muita deposição de resíduos sólidos e restos de dejetos. Não há tanto fluxo pela trilha do pescador comparando ao fluxo da escadaria de madeira.

A construção da escadaria de madeira trouxe muito mais turistas às PPA de acordo com a percepção ambiental de grande parte dos atores sociais.

Para ter acesso às PPA via terrestre, de carro ou a pé, é necessário entrar pelo condomínio/loteamento Pontal do Atalaia. Na cancela que dá acesso ao condomínio/loteamento é cobrado uma taxa para acessar ao Pontal do Atalaia. Desde 2017 há um limite destinado às PPA de 250 carros, esse limite foi estabelecido pelo TAC¹⁰, e de acordo com (RIO DE JANEIRO, 2017, p.4) visa “I - limitar o acesso de veículos ao Pontal do Atalaia, ao número de 305 (trezentos e cinco) veículos, sendo permitido o acesso de 250

¹⁰ O TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) é utilizado na administração pública Brasileira como uma ferramenta que visa ajustar atividades irregulares contrárias ao que concerne ao interesse público ou a legislação. In: <<http://www.previc.gov.br/regulacao/normas/tac>>. Acesso em: 01 de nov. 2019.

(duzentos e cinquenta) às Prainhas, 50 (cinquenta) veículos no acesso ao pôr do sol e 5 (cinco) veículos no acesso à Praia Brava”. O TAC também visa a redução do tráfego de veículos no Pontal do Atalaia.

De acordo com Antônia, esse limite não é cumprido como é observado na fala: “Aqui em cima eles falam que é 250 carros, mas não é 250 carros! É carro demais aqui! É gente demais aqui! Por isso que é muito lixo. É muita gente. Chega num feriadão, isso aqui fica insuportável, isso aqui fica insuportável”. Com o termo “aqui em cima” (Antônia, 28/10/2019) se refere a parte superior, onde estão localizados o estacionamento e o acesso à escadaria de madeira e a trilha do pescador.

Na análise da percepção de alguns entrevistados foi observado que o limite de carros realmente não é cumprido, principalmente em feriados prolongados. No campo realizado nos dias 12 e 13 de outubro de 2018 foi possível averiguar isto, pois a quantidade de carros que foi observada no Pontal do Atalaia provavelmente ultrapassava esse limite. Além do quantitativo exagerado de carros, também havia um quantitativo exagerado de pessoas. O que leva a refletir se esse turismo observado na figura 15 contribui para a preservação das Prainhas do Pontal do Atalaia.

Figura 15 Turismo nas Prainhas Pontal do Atalaia



Fonte: David Steinwender, 2018

Segundo a maior parte dos entrevistados, não! O turismo observado nas PPA não contribuí para a preservação da biodiversidade daquele local. “Está um turismo descontrolado, né? [...] é muita embarcação ao mesmo tempo dentro d’água” afirma Pedro, e traz como sugestão a realização de um passeio por dia pelas grandes embarcações e pela preferência nos passeios de barco de base comunitária, que seriam barcos menores, de dez metros realizando dois passeios por dia “[...] uma reserva não é pra esse tipo de barco, uma reserva é pra esse tipo de barquinho” se referindo ao tamanho de barcos e ao quantitativo de pessoas que vem crescendo nos últimos anos.

Atualmente, segundo Pedro são realizados em torno de três passeios por dia por embarcação “é a ganância, né? A pessoa não quer ceder, quer destruir e quer mais ainda”. Ele ainda evidencia que “A reserva é pro pescador, né pra empresário [...] mas já que tá, já vem de uns anos antes da reserva também já tinha, pelo menos vamos controlar na quantidade de passeios, de...de pessoas, né? ” (Pedro, 07/11/2019).

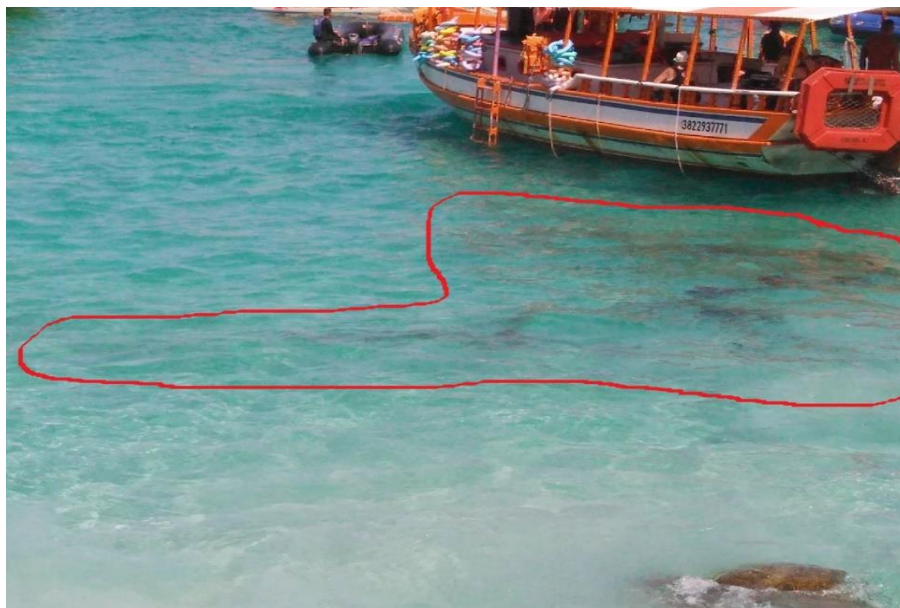
Ainda de acordo com Pedro:

Da pra se ganhar controlado não descontrolado do jeito que tá. Porque a praia não suporta mais, a praia não suporta tanto turismo, tá? É..O mar não suporta tanta embarcação pra cima e pra baixo o dia todo, tá? Tem os peixes, né? Tem os peixes, tem a...os pescadores, então, quer dizer, afeta, né?! afeta o meio ambiente...é óleo, é óleo pela descarga. O barco do pescador ajuda a contribui também [...] a poluir, mas isso aí são demais, cara! É praticamente de oito horas até cinco, seis horas da tarde (Pedro, 07/11/2019).

A figura 16 evidencia o derramamento de óleo por uma embarcação. O registro foi feito por um antigo monitor ambiental do PECS no dia 29 de março de 2018.

Maria caracteriza o turismo atual das PPA como um turismo de massa e “extremamente predatório” e compara o turismo atual, com o turismo de dois anos atrás, que aparentemente, segundo ela, não agredia tanto a natureza e não eram observados tantos impactos, pelo fato de ser um quantitativo menor de pessoas que frequentavam, não só as PPA, mas Arraial do Cabo como um todo, e pelo fato das pessoas apresentarem atitudes conscientes.

Figura 16 Derramamento de óleo por embarcação



Fonte: Monitor Ambiental do PECS, 2018

José qualifica o turismo das PPA como um turismo de massa: “somente turismo de massa”. José também afirma que, com o crescimento do turismo, os maiores prejudicados foram os pescadores:

Os maiores prejudicados foram os pescadores, porque hoje o peixe não encosta mais. A quantidade de embarcação indo e vindo, o barulho de hélice funcionando, de motor funcionando é muito grande. Então o peixe ele quando encosta, ele encosta com dificuldade, ele encosta com medo. Muitas vezes ele passa por fora, mas é o que a gente tenta fazer, a gente tenta andar em conjunto com a pesca [...] a preferência é o pescador, tem que ser dele, mas a gente não pode parar que hoje o que sustenta 80% do município é o turismo [...]. Se você for viver da pesca o povo morre de fome [...]. Quem é o grande propulsor hoje dentro do município [...] é o turismo. O que a gente não pode esquecer é de beneficiar e inserir os nativos beneficiários dentro desse ensejo de alguma forma (José, 07/11/2019).

Manoel caracteriza o turismo nas PPA como um “turismo de massa ordenado” visto que, há um certo ordenamento quando se fala de limitação de carros e de embarcações. O limite de embarcações é “controlado” pela quantidade de autorizações liberadas pelo ICMBio.

Hoje o que a gente vê [...] vejo que a galera tá buscando isso é tentar conciliar esse impacto que ele é real, tá ali, tá acontecendo, tá transformando vidas, né? Traz vida pro município, importante demais, né?! Mas que a gente não pode esquecer também é a origem dessas pessoas que vivem lá e o impacto que eles estão sofrendo com isso, né? E as vezes eles não têm nem a quem recorrer [...] (Manoel, 11/11/2019).

É nítido que a visitação nas PPA não é uma visitação ordenada, pois é observado um quantitativo de pessoas exagerado (Figura 17), e quais os impactos que isso traz a esse espaço de tamanha importância ecológica, ambiental e social?

Figura 17 Fila aguardando táxi para deixar o Pontal do Atalaia



Fonte: Acervo pessoal, 2018

O estudo de capacidade de carga das Prainhas do Pontal do Atalaia, realizado pela Secretária de Turismo de Arraial do Cabo (SECTUR, 2017), afirma que, para o planejamento de atividades turísticas ou qualquer empreendimento, deve-se, primeiramente, estabelecer um adequado quantitativo de pessoas que um determinado ambiente tenha capacidade de suportar. Segundo o estudo, há 3 (três) níveis de capacidade de carga, que são estabelecidos de forma sucessiva; Capacidade de carga física (CCF), capacidade de carga efetiva (CCE) e capacidade de carga real (CCR).

A (SECTUR, 2017) estipula para as PPA, uma CCF, quantitativo de visitantes/turistas que um determinado espaço pode receber por dia, de 1.468 pessoas ocupando a faixa de areia simultaneamente. É visível, através das figuras 15 e 17 (já citadas), que esse quantitativo não é respeitado.

Analisando a percepção dos atores sociais, um dos principais conflitos identificados é a insatisfação dos pescadores que administram a raia, pois alguns operadores do turismo náutico se negam a pagar a taxa da raia aos pescadores e isso cria um certo conflito entre operadores do turismo náutico e pescadores, pois quando alguém se nega a pagar, cria abertura para outros não pagarem também. Esse empasse é evidenciado na fala do Pedro:

Houve época de o turismo chegar, encostar seu barco e espantar o cardume. Hoje não, hoje porque ele arrecada alguma coisa, o pescador. E assim mesmo, algum conflito de o barco não querer pagar, de não querer chegar junto, que uns chega e outros não. E foi uma dificuldade pra gente conseguir isso, porque só querem usar [...] (Pedro, 07/11/2019).

Entende-se pela fala de Pedro, que mesmo o pescador perdendo espaço para o turismo, e o barco espantar o cardume, ele se sente inserido de alguma maneira, pois está ganhando a “sua parte”. Sem saber ser justa ou não.

Outro conflito identificado na fala de Pedro está relacionado ao tamanho de barcos, que, de acordo com ele, vem aumentando de tamanho com o passar dos anos e, que a reserva não é para esse tipo de embarcação grande, mas sim, para embarcações pequenas. Pedro ainda mostra em sua fala, insatisfação, relacionado a quantidade de passeios realizados por dia por algumas embarcações. Segundo ele, não há essa necessidade, pois atrapalha e agride ainda mais a reserva. Esse conflito é evidenciado na fala:

Não adianta você botar 120 pessoas é, e fazer a R\$ 15 a R\$ 20. Faz um passeio só a R\$ 80, R\$ 100, mas eles não querem enxergar isso parece que uns querem sair, outros não. Então é complicado [...] não tão esquentando a cabeça que existe uma reserva que tem que cuidar, né? Que tem os pescadores que vive do peixe [...] uma coisa que eles entraram pela janela, desrespeitando os pescadores, né? [...] o poder financeiro fala mais alto. (Pedro, 07/11/2019).

Outro conflito identificado foi entre quiosqueiros e ambulantes. Segundo Renato, representante dos ambulantes:

Os quiosqueiros não aceitam o ambulante [...] eles acham porque eles têm o comércio deles, por ser maior, que a gente tira alguma venda deles [...] eles acham que meu carrinho atrapalha o comércio deles, mas eu também tenho família pra criar e eu também estava aqui quando virou Resex e virou Área de Parque (Renato, 28/10/2019).

A presença na reunião do conselho deliberativo da Resex Marinha de Arraial do Cabo, possibilitou a autora a identificar alguns conflitos relacionados aos atores sociais. Na fala de alguns deles, foi identificada a ação de culpar o “outro” por impactos causados ao meio ambiente, como descarte incorreto de resíduos sólidos, derramamento de óleo, entre outros.

Isso também foi observado na fala de alguns entrevistados, como é o caso da Maria, que representa a percepção dos taxistas, segundo ela o que mais impacta no uso do solo é utilização das Jardineiras. Por elas serem de grande porte, acabam por retirar parte da vegetação local (restinga) quando passam, além de, pelo peso, fazerem buracos no solo, sendo assim, necessária uma manutenção mais frequente da estrada quando elas estão atuando. Com relação à mobilidade, Maria afirma que é bem complicado com a atuação das Jardineiras, principalmente na alta temporada e em feriados prolongados. Devido a estrada de acesso às PPA serem estreitas, não é possível a realização de manobra e muitas vezes é complicado em algumas partes da estrada, taxistas e jardineiras circularem ao mesmo tempo nas duas faixas sendo necessário adotar o meio, PARE e SIGA.

Ainda na percepção da Maria, o único impacto advindo dos taxis estaria ligado a utilização do solo, pela mobilidade diária dos carros. E para minimizar esse impacto ou compensar de alguma forma em 2019, a associação de taxistas de Arraial do Cabo em parceria com a fundação de pescador colocou lixeiras na trilha do pescador e na parte superior de acesso à escadaria. Realmente uma quantidade maior de lixeiras foi observado pela autora do trabalho no campo realizado em 28 de novembro de 2019 em comparação ao campo realizado em outubro de 2018, o que para a autora é um ponto positivo, pois a quantidade de lixeiras não suportava o quantitativo de resíduo sólido que era gerado, principalmente nos finais de semanas e feriados prolongados.

Essa ação de culpar o “outro” também é observada na fala de José, quando ele traz em sua percepção que quem polui a praia é quem vai a pé e passa mais tempo na praia.

Analisando sua percepção, para ele seria muito melhor se não existisse escadaria, pois é através das pessoas que acessam a praia pela escadaria, que é produzido o impacto de deposição irregular de resíduo sólido:

[...] por isso que eu acho que o grande propulsor do...da agressão que está acontecendo nas Prainhas do Atalaia é por causa da escada, porque quando era com trilha ninguém ia, ia pouquíssimas pessoas, as pessoas não iam a pé. (José, 07/11/2019)).

Por outro lado, analisando a fala de José se pode inferir que a não existência da escadaria, para ele, pode beneficia-lo financeiramente como condutor do turismo náutico, pois se as pessoas não têm como ter acesso à praia via terrestre, elas terão via marítima.

Evidencia-se nas falas dos interlocutores interesses econômicos disfarçados de preocupação e cuidado com o meio ambiente das Prainhas do Pontal do Atalaia, salientado os conflitos existentes naquele espaço, que se dão principalmente, pela disputa de quem tem mais legitimidade de explorar o local economicamente.

Apesar dos interesses e usos distintos do espaço pela prática turista, a percepção ambiental dos atores sociais entrevistados foram homogêneas quando se buscou compreender sobre o tipo de turismo observados nas PPA, ordenado ou desordenado, grande maioria (cinco, dos entrevistados), indicaram ser um turismo desordenado, e minoria, (dois, dos entrevistados), um turismo desordenado.

CONCLUSÃO

Em razão de sua localização geográfica e sua potencialidade paisagística, as Prainhas do Pontal do Atalaia atraem uma grande quantidade de turistas todos os anos. A média diária dos turistas que acessam às Prainhas do Pontal do Atalaia via marítima na alta temporada, varia entre 2.000 e 3.000 visitantes, um quantitativo um pouco mais elevado que as que acessam o atrativo via terrestre, entre 1.000 e 2.000 visitantes (GEVINS; DIBAPE, 2018). Esses dados quantitativos são resultados do monitoramento do turismo realizado entre 31 janeiro a 17 de março de 2018 por monitores ambientais do PECS que atuaram nas Prainhas do Pontal do Atalaia.

Inserida nesse monitoramento, como monitora ambiental do PECS, nasceu a aspiração de estudar sobre o turismo nas PPA, esse interesse partiu da observação de um turismo, aparentemente desordenado, sendo observados nos dias de monitoramento, vários problemas, como derramamento de óleo por embarcação na lâmina d'água, descarte indevido de resíduo sólido, poluição visual e sonora pelas embarcações, entre outros, tudo isso em um lugar de beleza cênica tão acentuada e de importância ecológica e ambiental, já que elas se inserem em um cenário de áreas de conservação.

Após várias mudanças relacionadas ao objeto do trabalho, resultou como objetivo final a compreensão da percepção ambiental dos atores sociais que oferecem atividades de turismo ou apoio ao turismo como prática econômica nas Prainhas do Pontal do Atalaia como também, identificar possíveis conflitos e impactos no uso do espaço pelos atores sociais pela prática turística.

Através da metodologia aplicada obteve-se a percepção ambiental dos 7 (sete) atores sociais entrevistados, sendo possível identificar impactos como; poluição sonora e visual pelas embarcações, poluição por resíduos sólidos por turistas que frequentam as Prainhas do Pontal do Atalaia, sinalizado pela maioria dos interlocutores, diminuição do tamanho da duna localizada nas PPA, derramamento de óleo pelas embarcações, ausência de banheiro público e por fim, o impacto cultural, que é evidenciada na ação do pescador deixar de avistar cardumes no mar, para controlar a raia e arrecadar a taxa de desembarque dos turistas. O controle da raia é responsabilidade dos pescadores de canoa de rede, que ainda atuam com a pesca da tainha entre os meses de abril e julho, baixa temporada do turismo na região.

Na percepção da autora, os pescadores foram “empurrados” para controlar a raia por perderem seu espaço de pesca para o turismo, pois, segundo a percepção dos interlocutores entrevistados o barulho e o trânsito diário de embarcações espantam os peixes, dificultando a captura dos mesmos pelos pescadores e isso pode implicar no modo de subsistência do pescador de canoa de rede que ainda atua nas PPA.

O impacto cultural é significativo, pois as PPA localizam-se em uma área de Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, o que deveria garantir aos pescadores a manutenção da cultura da pesca, visto que o intuito da Resex é “[...] proteger as áreas de pesca utilizada por populações tradicionais que viviam há gerações do extrativismo [...]” (ARAÚJO e NICOLAU, 2018, p. 309). Em contrapartida, o pescador se beneficia do crescente turismo, atuando, como operador de embarcação ou com o controle da raia.

A presença na reunião do conselho deliberativo da Resex Marinha de Arraial do Cabo, em 30 de agosto de 2018 juntamente com o campo realizado nos dias 12 e 13 de outubro de 2018 possibilitou à autora na identificação dos interlocutores, tendo como resultado a identificação de 6 (seis) atores sociais sendo eles; ambulantes, quiosqueiros, operadores do turismo náutico, pescadores de canoa de rede, taxistas e controladores do estacionamento.

A maioria dos interlocutores identificados e contatados se dispuseram a realizar a entrevista, com exceção dos representantes dos controladores do estacionamento e do barco táxi. Acredita-se que o representante do estacionamento não teve interesse em participar do roteiro de entrevista, pelo fato do mesmo temer que pudesse prejudica-los ou expô-los futuramente de alguma maneira. Tendo visto que muitas pessoas veem na metodologia utilizada uma negativa associada a desconfiança. O representante do barco táxi, não se dispôs a realizar a entrevista por afirmar que havia outros melhores que ele para fazê-lo, como por exemplo os representantes de barcos maiores, e disse não estar atuando com o turismo no momento, por problema no barco.

Entre os conflitos identificados pela pesquisa, destaca-se conflitos entre quiosqueiros e ambulantes, visto que, na percepção dos ambulantes, os quiosqueiros os veem como atores sociais que tiram suas vendas e por serem considerados “menores” em questão de infraestrutura, é como se não tivessem o direito de compartilhar o mesmo espaço. Outro conflito constatado, está relacionado ao fato de alguns controladores de embarcações de turismo náutico se negarem a pagar a taxa da raia aos pescadores, criando abertura para outros operadores de embarcações turísticas não pagarem também. Como essa é uma renda “certa” do pescador, fora da temporada de pesca, isso pode, de alguma maneira, prejudicar o pescador.

A pesquisa partiu do problema de como a análise da percepção ambiental dos atores sociais envolvidos no uso do espaço pela prática do turismo pode contribuir para o planejamento e gestão do turismo nas PPA, garantindo a sua conservação ambiental. Partindo da análise de que o turismo percebido pela maioria dos interlocutores, é um turismo de massa, é necessário planejar ações de ordenamento e fiscalização, visto que, aparentemente há um ordenamento, quando sabe-se que há um limite de carros para estacionar e um limite de autorizações de atuação para as embarcações, mas como não há uma fiscalização efetiva, esse limite, muitas vezes, não é cumprido e isso se deve a fragilidade na fiscalização por parte dos órgãos gestores e aos interesses econômicos-capitalistas.

Foi constatado também que os interlocutores que tem um maior tempo de vivência naquele espaço, ou seja, atuam com a pesca e com o turismo há bastante tempo, mostram uma preocupação maior com o turismo que é praticado ali e com os impactos ao meio ambiente. Entende-se que deve ter relação a sua afetividade com o lugar, que é um conceito da geografia, entendido como o espaço vivido, e se caracteriza pela afeição a um dado local do cotidiano. Isso evidencia-se na percepção de Pedro, ele é um dos poucos “barqueiros”, até onde se sabe, que abordam sobre educação ambiental nos passeios náuticos. Ele apresenta aos turistas, em forma de vídeo, uma educação ambiental impactante, que mostra os impactos no ambiente marinho, do lixo descartado de forma incorreta no oceano.

As principais dificuldades no processo de produção da pesquisa foram, no início, a dificuldade na definição do objeto, do tema e dos objetivos, passando por diversas versões até chegar na pesquisa atual. No processo de construção dos resultados as dificuldades foram a de contatar os atores sociais, principalmente os pescadores. Outro fator limitante para a construção dos resultados da pesquisa foi o tempo reduzido para aplicação e análise do roteiro de entrevistas, não sendo possível estender a um quantitativo maior de atores sociais, visto que se objetiva aplicar o roteiro de entrevistas aos gestores das Unidades de Conservação.

Constatar os conflitos foi uma das dificuldades, pois os atores sociais não foram abertos ou até talvez não tenham tido compreensão do que sejam conflitos de percepção ambiental. Portanto torna-se necessário uma metodologia mais eficaz para identificação dos conflitos e para captar relações conflituosas, visto que a pesquisa não desvelou o suficiente essas relações, conforme a expectativa da autora.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. *Conflitos ambientais no Brasil*. In: Conflitos ambientais no Brasil. 2004.

ARAÚJO, Valéria Penchel; NICOLAU, Omar Souza. *Participação social na Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo: uma análise dos instrumentos de gestão sob a ótica da decolonialidade*. Desenvolvimento e Meio ambiente. v. 48, edição especial: 30 Anos do Legado de Chico Mendes, p. 299-320, 2018.

BECKER, Berta K. Políticas e planejamento do turismo no Brasil. Caderno Virtual de Turismo. Rio de Janeiro: UFRJ, v.1, n. 1, p. 1-7, 2001

BOHRER, Claudio Belmonte de Athayde *et al.* *Mapeamento da vegetação e do uso do solo no centro de diversidade vegetal de Cabo Frio, Rio de Janeiro, Brasil*. Rodriguésia [online]. vol.60, n.1, p.1-23, 2009.

BRASIL. *Decreto nº 5.300 de 7 de dezembro de 2004. Regulamenta a Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC, dispõe sobre regras de uso e ocupação da zona costeira e estabelece critérios de gestão da orla marítima, e dá outras providências*. Brasília: D.O.U. de 8.12.2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5300.htm>. Acesso em: 07 out. 2019.

BRASIL. *Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC*. Brasília. Disponível em: <<https://www.mma.gov.br/destaques/item/8644-plano-nacional-de-gerenciamento-costeiro-pngc>>. Acesso em: 07 out. 2019.

BRASIL. *Programa de Regionalização do Turismo. Turismo sustentável*. Ministério do Turismo Brasília, 2015. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/externas/55a-legislatura/seca-no-semiarido-nordestino/documentos/audiencias-publicas/WilkenSoutoTurismoSustentvelnoSemirido.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2019.

BRITO, Daguiete Maria Chaves. *Conflitos em unidades de conservação*. PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, v. 1, n. 1, 2008.

CAMPBELL, Daniel *et al.* *Proceedings of Meetings on Acoustics Underwater soundscape pattern during high season of nautical tourism in Cabo Frio Island, Brazil*, Den Haag, The Netherlands, Proceedings of Meetings on Acoustics, Vol. 37, 070003 (2019), Vol. 37, p.12.

CREMA, Roberto. *Introdução à visão holística: breve relato de viagem do velho ao novo paradigma*. 6. Ed. Summus. São Paulo, 2015. Disponível em:

<<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=WuyaDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT7&dq=abordagem+hol%C3%ADstica&ots=5QrrTm0xes&sig=sdReo4IJNyUmcA1vB5k3g56XWms#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 16 out. 2019.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso Futuro Comum*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991

DA COSTA, César; CORRÊA, Roberto Lobato. *Geografia: conceitos e temas*. Brasil: Editora Bertrand, 2º ed. Rio de Janeiro, 2000.

DI MAULO, Roberta. *Parque Estadual da Costa do Sol: recurso potencia l para o planejamento turístico da região Costa do Sol*. Rio de Janeiro, 2017.

DORNELLES, Claudio Turene Almeida. *Percepção ambiental: uma análise na bacia hidrográfica do rio Monjolinho, São Carlos, SP*. Dissertação de mestrado em ciências da engenharia ambiental. Escola de engenharia de São Carlos. Universidade de São Paulo. São Carlos, 2006.

DRUMMOND, José Augusto; FRANCO, José Luiz de Andrade; OLIVEIRA, Daniela de. *Uma análise sobre a história e a situação das unidades de conservação no Brasil*. Conservação da Biodiversidade: Legislação e Políticas Públicas. Brasília: Editora Câmara, 2010.

FONTOURA. L.M; SILVEIRA.M.A. *Turismo em unidades de conservação e planejamento territorial: Um foco no Parque Estadual de Vila Velha – PR*. V seminário de pesquisa em turismo do Mercosul. Caxias do Sul, 2008.

FONTANA, Alessandra. *Ao redor da natureza: investigando a percepção ambiental dos moradores do entorno da Estação Biológica de Santa Lúcia, Santa Teresa - ES*. 169f. Rio de Janeiro, 2004.

FERREIRA, Carolina Peixoto. *Percepção ambiental na estação ecológica de Juréia-Itatins*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

GEVINS; DIBAPE. *Ordenamento da visitação nas praias do pontal – PECS*. Rio de Janeiro, 2018.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Planos da Mata Atlântica Região dos Lagos São João e Rio das Ostras* 3. Plano municipal de conservação e recuperação da mata atlântica Arraial do Cabo. Rio de Janeiro, 2017. 135 p.

IBGE. *Brasil em síntese*. 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/arraial-do-cabo/historico>>. Acesso em: 03 jul. 2019.

IBGE. Cidades, Arraial do Cabo. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/arraial-do-cabo/panorama>>. Acesso em: 03 dez. 2019.

ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. *Resex Marinha de Arraial do Cabo*. 2019. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/marinho/unidades-de-conservacao-marinho/2282-resex-marinha-do-arraial-do-cabo>>. Acesso em: 09 jul.2019.

INEA. *Plano de Manejo do Parque Estadual da Costa do Sol - Anita Mureb (PECS)*. Rio de Janeiro, 2019.

IUCN – International Union for Conservation of Nature and Natural Resources. *Lista Vermelha de Espécies Ameaçadas da IUCN 2013*. Disponível em: <<https://www.iucnredlist.org/species/152889/691262>>. Acesso em: 08 jul. 2019

LUSTOSA, Isis Maria Cunha. *Povos e comunidades tradicionais na zona costeira do ceára: turismo e conflitos em terras indígenas*. Disponível em: <http://eventos.livera.com.br/trabalho/98-1020360_29_06_2015_23-04-46_1281.PDF>. Acesso em: 08 jul. 2019.

MARTINS, F.S. *Estudo sobre diagnóstico físico, financeiro e ambiental do SISMUMA (sistema municipal de meio ambiente) para avaliação da capacidade de carga do município de arraial do cabo, RJ, e a análise da taxa de proteção ambiental (TPA) como uma das medidas para mitigação dos problemas relacionados*. Prefeitura de Arraial do Cabo. Arraial do Cabo, 2017.

MENDONÇA, T. C. M.; MORAES, E. A. de; COSTA, M. A. M. *Turismo e pesca nas Reservas Extrativistas Marinhas de Arraial do Cabo (RJ) e da Prainha do Canto Verde (CE): possibilidades e limites de complementaridade*. Caderno Virtual de Turismo, v. 13, n. 3, p.372-390. Rio de Janeiro, 2013

MORAES, Edilaine *et al.* *A leitura da gestão socioambiental da reserva extrativista marinha de arraial do cabo sob a ótica dos pescadores locais*, Rio de Janeiro, 2008.

NICOLODI, J. L.; OLIVEIRA, M. R. L. *A Gestão Costeira no Brasil e os dez anos do Projeto Orla. Uma análise sob a ótica do poder público*. Rev Gestão Costeira Integrada, v. 12, p.89-98, 2012.

OLIVEIRA, W.A. *Turismo, Unidades de Conservação e Inclusão social: Uma análise da área de proteção ambiental recifes de corais (APARC) e área de proteção ambiental Jenipabu (APAJ), RN*. Dissertação de mestrado. Natal, 2017.

PEREIRA, Walter Luiz Carneiro de Matos. *Cabo das tormentas e vagas da modernidade: uma história da Companhia Nacional da Álcalis e de seus trabalhadores. Cabo Frio (1943 – 1964) Arraial do Cabo*. 117 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ, 2009.

RIO DE JANEIRO. PODER EXECUTIVO. *Decreto nº 42.929*. Rio de Janeiro, 2011, 2p.

RUSHMANN.D.V. *A experiência do turismo ecológico no brasil: um novo nicho de mercado ou um esforço para atingir a sustentabilidade*. Turismo - Visão e Ação - ano 2 - n.5 - p.81-90 out-1999/mar-2000.

RUSHMANN.D.V; FIGUEIREDO.S.L. *Estudo genealógico das viagens, viajantes e turistas*. Novos cadernos. v. 7, n.1, p.155-188, jun. 2004.

RUSCHMANN. D; PAOLUCCI. L; MACIEL.N. *Capacidade de carga no planejamento turístico: estudo de caso da praia brava – Itajaí frente à implantação do complexo turístico habitacional canto da brava*. São Paulo: Revista brasileira de pesquisa em turismo, v. 2, n. 2, mai, 2008.

RUSCHMANN, Doris. *Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente*. Papirus editora, 2016.

SECTUR. [Capacidade de carga]. Arraial do Cabo, RJ, 2017.

SHIRAISHI, Juliana Costa. *Conflitos ambientais em unidades de conservação: percepções sobre a Reserva Biológica da Contagem*. DF, 2011

_____. *Percepção Ambiental sobre a Reserva Biológica da Contagem, DF – uma Análise Preliminar*. V Encontro Nacional da Anppas. Florianópolis, 2010.

SILVA, G. A. *Unidades de conservação como política de proteção à biodiversidade: uma caracterização perceptiva de grupos socioculturais no entorno da APA do Catolé e Ferrão Velho, estado de Alagoas*. Dissertação (Mestrado em desenvolvimento e Meio Ambiente) – Instituto de geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente. UFAL, Maceió, 2006.

TASSARA, Eda Terezinha de Oliveira; RABINOVICH, Elaine Pedreira. *Perspectivas da Psicologia Ambiental*. Estudos de Psicologia, v. 8, n. 2, p.339-340. Natal, 2003.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Londrina: Scielo-Eduel, 2012.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO BRASIL/INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA) (Org.). *Resex Marinha do Arraial do Cabo: Área protegida escolhida: Marinha do Arraial do Cabo*. Disponível em: < <https://uc.socioambiental.org/pt-br/arp/1149>>. Acesso em: 03 de outubro de 2019.

VINHA, V.G; MAY, Peter; CALDASSO, L. P. *Sustentabilidade da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, RJ: técnicas de pesquisas e resultados*. Rio de Janeiro, 2008.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (Ed.). *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Editora Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Minas Gerais, 2010.